



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS ALTAMIRA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
TÉCNICO DE MAGISTÉRIO EM NÍVEL MÉDIO
NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS (PROEJA)**

EQUIPE DE GESTÃO

ANA PAULA PALHETA SANTANA
Reitora

ARTHUR BOSCARIOL DA SILVA
Pró-Reitor de Ensino

KEILA RENATA MOURÃO VALENTE
Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas

SAULO RAFAEL SILVA E SILVA
Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

DANILSON LOBATO DA COSTA
Pró-Reitor de Administração

WANAIA TOMÉ DE NAZARÉ ALMEIDA
Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal

BRUNO DE ARAÚJO FRANCISCO
Diretor Geral do Campus Altamira

AILTON LOPES DE SOUSA
Diretor de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão

ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA
Chefia do Departamento de Administração

FRANCISCO WILLAME DE MORAIS FILHO
Chefia do Departamento de Ensino

KARLYENE SOUSA DA ROCHA
Chefia do Departamento de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

LEANDRO MACHADO FERREIRA
Chefia do Departamento de Extensão

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PPC

AILTON LOPES DE SOUSA
ANTONIO EDUARDO SENA DE LUCENA
BRUNO DE ARAÚJO FRANCISCO
DIOGO MAIA RAMOS LOPES
FLAVIA RIBEIRO VERAS
GENILSON SANTANA CORNELIO
RENAN DO SOCORRO DOS SANTOS BORGES
RIBAMAR RIBEIRO JUNIOR
ROSANGELA MARIA TÔRRES EMERIQUE
TATIANE DE CASSIA DA COSTA MALHEIRO

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)
Campus: Altamira (CNPJ: 10.763.998/0008-06).

Endereço: Rodovia Ernesto Acyoli, S/N, Km 3. Bairro: Nova Colina
Cidade: Altamira CEP: 68.370-000.

Telefone: (93) 99119.0751.

Site: altamira.ifpa.edu.br.

E-mail: dq.altamira@ifpa.edu.br

CARACTERÍSTICA DO CURSO:

Nome do Curso: Técnico De Magistério em Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Eixo Tecnológico ou Área: Experimental.

Nível: Técnico.

Coordenador(a): Antonio Eduardo Sena de Lucena

E-mail: de.altamira@ifpa.edu.br

Tempo de Duração do Curso: 6 semestres letivos.

Carga Horária Total: 2830 h/r – 3396 h/a

Número de Vagas: 50

Número Mínimo de Vagas: 20.

Periodicidade da Oferta: O curso terá 1 (uma) oferta, sendo seu início em Julho/2025.

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CURSO:

Ailton Lopes de Sousa

Antonio Eduardo Sena de Lucena

Bruno de Araújo Francisco

Diogo Maia Ramos Lopes

Flavia Ribeiro Veras

Genilson Santana Cornelio

Renan do Socorro dos Santos Borges

Ribamar Ribeiro Junior

Rosangela Maria Tôrres Emerique

Tatiane de Cassia da Costa Malheiro

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	6
1.1.	O Povo Xikrin da Trincheira Bacajá.....	8
2.	JUSTIFICATIVA.....	9
3.	OBJETIVOS DO CURSO	10
3.1.	Objetivo Geral	10
3.2.	Objetivos Específicos	10
4.	REGIME LETIVO.....	11
5.	REQUISITOS E FORMA DE ACESSO	11
6.	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	12
7.	PERCURSO FORMATIVO	16
8.	ESTRUTURA CURRICULAR.....	18
9.	MATRIZ CURRICULAR	19
10.	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO.....	23
11.	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	24
12.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	25
13.	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	26
13.1.	Espaço de Formação - Tempo Escola.....	26
13.2.	Espaço de Formação - Tempo Aldeia.....	26
14.	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	27
15.	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	29
17.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	31
18.	DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO.....	32
18.1.	Corpo Docente	32
18.2.	Corpo Técnico-Administrativo	33
19.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	35
20.	ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO.....	36
21.	POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	37
22.	DIPLOMAÇÃO	37
23.	REFERÊNCIAS.....	39
24.	ANEXOS.....	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Integração Curricular: Pesquisa, Extensão e Ensino	18
Figura 2 - Gráfico do Percorso Formativo	23
Figura 3 - Interconexão dos Componentes Curriculares - Integrando o Currículo	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Componentes Curriculares – Magistério Indígena	19
Quadro 2 – Corpo Docente do Curso	32
Quadro 3 – Corpo Técnico-Administrativo do Curso	33
Quadro 4 – Infraestrutura da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Indígena <i>Kôkôkangroti</i>	36

1. APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Magistério Indígena de Nível Médio na modalidade PROEJA tem como objetivo promover a formação técnica de professores(as) indígena

s do povo *Xikrin* que atuam — ou pretendem atuar — na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas situadas em suas aldeias. Inserido em Eixo Tecnológico Experimental, o curso propõe uma abordagem formativa inovadora, construída a partir das especificidades socioculturais, linguísticas e territoriais do povo *Xikrin*, articulando os saberes indígenas com os conhecimentos acadêmicos. A proposta será implementada no âmbito do Acordo de Cooperação entre o IFPA e a FUNAI, contando ainda com a parceria da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), formalizada por meio de acordo com a Prefeitura Municipal de Altamira, além da colaboração de outras instituições formadoras públicas. Toda a articulação será realizada em diálogo com o Instituto Federal do Pará (IFPA), respeitando a territorialidade do povo *Xikrin* e assegurando o protagonismo de suas lideranças no processo formativo.

O curso será ofertado prioritariamente aos jovens e adultos indígenas *Xikrin*, moradores das aldeias localizadas no município de Anapú/PA e entorno. O principal objetivo é garantir que os processos de escolarização nas escolas indígenas sejam conduzidos por professores pertencentes ao próprio povo, com formação específica e adequada aos princípios da educação bilíngue, intercultural, diferenciada e comunitária.

Este Projeto Pedagógico está fundamentado em dispositivos legais que asseguram os direitos dos povos indígenas à educação escolar específica, entre os quais destacam-se: a Constituição Federal de 1988, que no Art. 210, inciso II, garante o uso das línguas maternas e processos próprios de aprendizagem nas escolas indígenas; a LDB nº 9.394/1996, que nos Artigos 78 e 79 assegura o direito à formação específica e intercultural para professores indígenas; o Decreto nº 6.861/2009, que institui os Territórios Etnoeducacionais; a Resolução CNE/CEB nº 5/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena; e a Resolução CNE/CEB nº 1/2015, que define as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores Indígenas.

A elaboração deste Projeto surge da escuta e das demandas expressas pelas lideranças, professores(as) e demais membros do povo *Xikrin*, que manifestaram o desejo e a urgência em assegurar, por meio da formação técnica, a continuidade da docência nas escolas indígenas, tendo como base os conhecimentos tradicionais e a língua *Xikrin*. Trata-se, portanto, de uma iniciativa construída com base no protagonismo indígena, reafirmando o direito à autoeducação e à autonomia cultural e linguística.

A formação proposta está ancorada em metodologias próprias da alternância pedagógica, articulando momentos de vivência nas aldeias com módulos presenciais, para garantir que o percurso formativo respeite os tempos, modos de vida e saberes do povo *Xikrin*. Nessa perspectiva, o curso valoriza a pedagogia indígena, os conhecimentos ancestrais, a língua materna e os processos tradicionais de ensino e aprendizagem, reafirmando o papel da escola indígena como um espaço de diálogo entre saberes.

Este curso tem como princípio orientador a construção de uma educação comprometida com o etnodesenvolvimento, que considere as formas próprias de organização social, produtiva, espiritual e política do povo *Xikrin*. Além disso, busca dialogar com os marcos normativos do Estado brasileiro, sem perder de vista as especificidades étnicas, culturais e territoriais dos indígenas atendidos.

A elaboração deste PPC considerou as seguintes normativas e instrumentos legais e pedagógicos:

- Constituição Federal (1988), artigos 210 (inciso II) e 215;
- Lei nº 9.394/1996 (LDB), artigos 78 e 79;
- Decreto nº 6.861/2009, que institui os Territórios Etnoeducacionais;
- Resolução CNE/CEB nº 3/1999 e Parecer nº 14/1999;
- Resolução CNE/CEB nº 5/2012 – Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena;
- Resolução CNE/CEB nº 1/2015 – Diretrizes para a Formação de Professores Indígenas;
- Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), especialmente a Meta 15 e suas estratégias;
- Portarias nº 1.061 e 1.062/2013, que instituem o Programa Saberes Indígenas na Escola;
- Documento-base do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE).

A construção deste documento é resultado de um processo de diálogo com lideranças indígenas, professores(as) *Xikrin*, sábios e sábias das aldeias, além de técnicos das instituições de ensino envolvidas. O curso propõe-se a respeitar: a identidade e a territorialidade indígena; os processos próprios de ensino-aprendizagem da cultura *Xikrin*; a centralidade da língua materna como meio de expressão e ensino; a integração entre os conhecimentos tradicionais e os saberes acadêmicos; o papel dos educadores indígenas como interlocutores culturais.

A proposta pedagógica parte do entendimento de que a escola indígena não é apenas uma extensão do sistema educacional nacional, mas um espaço de resistência e reexistência, de afirmação cultural e de exercício da autodeterminação dos povos

indígenas. O Curso Técnico em Magistério *Xikrin* é, portanto, um passo estratégico e necessário para o fortalecimento da Educação Escolar Indígena no Pará.

1.1. O Povo *Xikrin* da Trancheira Bacajá

O povo *Xikrin* da Trancheira Bacajá é um dos subgrupos do povo Mebêngôkre, mais conhecidos como Kayapó, pertencentes ao tronco linguístico Jê. Habitam a Terra Indígena *Xikrin* do Bacajá, localizada no sudeste do Pará, entre os municípios de Anapu, Altamira e Senador José Porfírio. O território foi homologado em 1991 e abrange cerca de 1,7 milhão de hectares. Suas aldeias são tradicionalmente circulares e organizadas ao redor de uma praça central (ngà), espaço de rituais, reuniões e decisões coletivas.

A língua falada é um dialeto da Mebêngôkre, sendo a educação bilíngue (Mebêngôkre-Português) um instrumento estratégico de fortalecimento cultural e de formação política. O povo *Xikrin* valoriza seus rituais tradicionais como a cerimônia de nomeação (Bep-Noi), a Festa do Padiuà (colheita do milho), e os rituais de guerra e caça — ainda mantidos como expressão cultural e pedagógica. A cosmologia *Xikrin* reconhece os espíritos da floresta (Mekarõ), os heróis ancestrais como Bepkororoti, e a relação profunda com os elementos naturais como fonte de equilíbrio e identidade.

A subsistência *Xikrin* é baseada na agricultura coletiva (mandioca, milho, banana, batata-doce), na pesca e caça com técnicas tradicionais, além da coleta de frutos e produção de artesanato. Recentemente, a venda de castanha-do-pará e de peças artesanais passou a ser fonte complementar de renda. O rio Bacajá, afluente do Xingu, é vital à vida do povo, servindo como meio de transporte, pesca, rituais e abastecimento. Contudo, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte provocou alterações drásticas no fluxo do rio, impactando diretamente a qualidade de vida e o modo de subsistência das aldeias.

A presença de garimpeiros ilegais e madeireiros, aliada à pressão sobre o território, intensificou problemas como violência, doenças e desestruturação comunitária. Apesar dos desafios, o povo *Xikrin* mantém vivas suas práticas culturais, seus rituais e modos de organização social. As lideranças tradicionais como os pajés (wayanga), chefes de guerra (kaben) e o conselho de anciãos (benadjwry) convivem com formas modernas de articulação política, como associações indígenas (ex: Associação Bepotire *Xikrin*), participação em conselhos e em redes como a COIAB.

As mulheres, apesar de tradicionalmente não ocuparem posições formais de chefia, têm papel fundamental na agricultura, saúde, educação e transmissão cultural, sendo crescente sua participação como professoras indígenas e agentes de saúde.

O Curso Técnico em Magistério Indígena para o povo *Xikrin* responde à urgência de garantir a formação de professores que compreendam, valorizem e atuem a partir

das especificidades linguísticas, culturais, sociais e territoriais do seu povo. Trata-se de uma estratégia de fortalecimento da autonomia pedagógica das comunidades e da afirmação de seus direitos, por meio da educação escolar indígena bilíngue, diferenciada e comunitária.

2. JUSTIFICATIVA

O Curso de Magistério Indígena para o povo *Xikrin* do Bacajá surge como uma resposta urgente e necessária às demandas por uma educação que respeite e fortaleça sua identidade cultural, ao mesmo tempo em que os capacita para interagir criticamente com a sociedade nacional. Fundamentado nos princípios da educação intercultural e bilíngue, este projeto visa não apenas formar professores indígenas, mas também institucionalizar saberes tradicionais, preservar a diversidade étnica, garantir direitos constitucionais e promover a autonomia política da comunidade. As justificativas a seguir detalham os pilares que sustentam esta proposta, evidenciando seu papel estratégico na valorização dos *Xikrin* e no enfrentamento das desigualdades históricas que marcam a educação indígena no Brasil:

- O curso visa valorizar e sistematizar os conhecimentos tradicionais do povo *Xikrin*, integrando-os ao processo educativo formal, garantindo que suas práticas culturais, linguísticas e cosmológicas sejam reconhecidas como parte fundamental da formação docente.
- A formação de professores indígenas assegura a transmissão intergeracional da cultura *Xikrin*, fortalecendo sua identidade e resistência frente a processos de assimilação. Além disso, contribui para o enriquecimento da diversidade sociocultural brasileira.
- O curso prepara os *Xikrin* para atuarem como mediadores entre sua comunidade e as instituições nacionais (governamentais, jurídicas, educacionais), capacitando-os a reivindicar direitos, acessar políticas públicas e defender seus territórios e modos de vida de forma estratégica.
- Formar professores indígenas permite a construção de uma educação diferenciada, na qual os *Xikrin* possam desenvolver metodologias de ensino alinhadas a sua visão de mundo, assegurando que a escola seja um espaço de afirmação étnica e não de apagamento cultural.
- A iniciativa atende à Constituição Federal (Art. 210 e 231), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que garantem aos povos indígenas o direito a uma educação específica, bilíngue e intercultural.
- Além da docência, o curso oferece ferramentas para que os *Xikrin* possam gerir suas próprias escolas e projetos educativos, promovendo lideranças locais e

reduzindo a dependência de agentes externos na educação de suas crianças e jovens.

- A formação reduz as barreiras de acesso à educação de qualidade para comunidades indígenas, enfrentando históricas exclusões e oferecendo perspectivas de futuro que harmonizem conhecimentos tradicionais com demandas contemporâneas.
- A educação indígena qualificada é um instrumento de defesa do território e do meio ambiente, pois capacita os *Xikrin* a articularem saberes ancestrais com noções jurídicas e ambientais, essenciais para a proteção de seus recursos naturais.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

Formar professores no Curso Técnico em Magistério Indígena de Nível Médio na modalidade PROEJA, para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, possibilitando uma reflexão crítica sobre as suas práticas políticas pedagógicas e de gestão e que valorize os conhecimentos indígenas articulados aos conhecimentos não indígenas.

3.2. Objetivos Específicos

- Assegurar as especificidades sócio culturais, econômicas, históricas e linguísticas deste povo, atendendo às necessidades diante do mundo do trabalho e suas relações conforme o contexto da região em que se encontra.
- Qualificar professores-indígenas capazes de atuar como pesquisadores de sua língua, agentes de valorização da cultura, multiplicadores dos conhecimentos acerca dos direitos indígenas, e de compreensão e ressignificação de novos objetos e conceitos no âmbito das relações intersocietárias.
- Propiciar metodologias e currículo que tornem os educandos indígenas participantes ativos do processo de aprendizagem, por meio da inter-relação do saber-fazer tradicional e o conhecimento científico por meio de atividades desenvolvidas em diferentes tempos-espacos formativos;
- Estimular a produção cultural valorizando os saberes tradicionais, as identidades étnicas, a oralidade, a memória histórica e os projetos societários de cada povo;
- Fomentar a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas.

- Propiciar práticas pedagógicas para a realização de investigações que contribuam para a construção de um modelo de ensino apropriado às necessidades dos povos indígenas.

4. REGIME LETIVO

O Curso Técnico em Magistério de Nível Médio na modalidade PROEJA com duração mínima de 03 (três) e máximo de 05 (cinco) anos, possui uma carga horária total obrigatória de 2830 horas/relógio e 3396 horas/aula, já incluídas 200 horas/relógio de Estágio Curricular Supervisionado. O curso será desenvolvido pelo sistema de Alternância Pedagógica, em regime integral, na modalidade presencial, será ofertado em turma única com 50 vagas, a jovens e adultos do povo *Xikrin* da Terra Indígena Trinchreira/Bacajá, localizados conforme quadro 1 que trata da distribuição da população *Xikrin*-Bacajá nos municípios de Altamira e Anapu.

A alternância pedagógica é composta por tempos e espaços formativos na escola e nas aldeias, atendendo os 200 dias letivos e o percentual de 50% na escola e 50% na comunidade/aldeia.

Desse modo, esse projeto propõe estratégias pedagógicas que percorrem pelas Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens e Arte assim como a Parte Diversificada de formação docente, integrada pelo Núcleo Politécnico que articula a integração de projetos por meio do Tempo Escola e Tempo Aldeia, tendo com base o Componente Curricular: Seminário de Pesquisa do Tempo Aldeia (I, II e III), considerando a diversidade de práticas sociais e aprendizados que delas resultam, a fim de provocar nos/as educandos/as, individual e coletivamente, situações de investigação da realidade, vivência educacional e elaboração de sínteses e projetos. Com isso de forma vivencial, temos o caráter daquilo que se integra como conhecimentos, projetos e produtos.

5. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

O processo de seleção dos candidatos para o ingresso no Curso Técnico Magistério de Nível Médio será regulamentado por edital público específico, com composição de uma Comissão Especial de Acompanhamento e mais a COMPESE - Comissão de Processo Seletivo garantindo os preceitos da Lei 12.711/2012, alterado pela Lei nº 13.409/2016, os Arts. 4º e 5º e serão cumpridos em duas etapas: a primeira etapa consiste em apresentação de histórico escolar de conclusão do Ensino Fundamental; e a segunda se refere à entrevista nas aldeias, em que o/a candidato/a expresse às lideranças indígenas o desejo de estudar e o comprometimento com seu

povo e a materialização da educação escolar indígena. Assim, o/a candidato/a deve atender ao seguinte perfil:

- Apresentar clareza sobre o auto-reconhecimento e o reconhecimento do pertencimento à comunidade/povo indígena;
- Residir nas aldeias, ter o apoio e ser selecionado pela da mesma;
- Ser sensível, às expectativas e às demandas da comunidade relativas à educação e à sustentabilidade e o etnoenvolvimento;
- Ter a intenção de contribuir na superação das dificuldades produtivas;
- Interessar-se na inter-relação entre os saberes próprios relativos ao mundo social e natural e os saberes de outras culturas, para a valorização e a ampliação de seu próprio universo de conhecimento.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A formação de educandos/as indígenas como professores/as é pauta das demandas dos *Xikrin-Bacajá*, e tem sido o grande desafio do Instituto Federal do Pará, através do Campus Altamira, tornar realidade.

Os egressos do curso Técnico em Magistério de Nível Médio devem ser capazes compreender criticamente a realidade propondo ações interventivas em observância com as especificidades culturais, identitárias e produtivas de seu povo e a formação técnica, política e humanista, bem como ser capaz de desenvolver a educação escolar indígena respeitando tais preceitos.

O curso quer oportunizar aos jovens e adultos indígenas formação profissional de professor capaz de contribuir com formação que incentive o desenvolvimento de uma proposta educacional condizente com os interesses e necessidades do povo que perpassa pela reafirmação de suas memórias históricas; identidades étnicas; valorização de suas línguas e ciências, bem como garantirá acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

Desta forma, espera-se formar um profissional com a capacidade para diagnosticar e propor soluções aos problemas educacionais nas escolas das aldeias indígenas; ajudar a construir a proposta curricular que parta da realidade, levando em consideração as dimensões cultural, sócio-econômica e ambiental, cujo processo formativo deverá estar voltado à profissionalização que atenda às necessidades e interesses dos povos indígenas.

O perfil do profissional indígena deve atender ao contexto sociocultural de cada comunidade ou povo indígena, os aspectos básicos, tais como o nível de comprometimento, de responsabilidade e a valorização dos conhecimentos e das tecnologias indígenas. Espera-se que o profissional formado valorize os conhecimentos indígenas e consiga equipará-los à ciência ocidental, no sentido de uma educação intercultural; que utilize a sua formação como

um instrumento de apoio à sua aldeia e coloque as suas habilidades a serviço de seu povo, de modo que a educação escolar indígena não crie a ilusão do emprego, mas sim que possibilite um ser autônomo e construtor da sua história e da história de seu povo.

Valer ressaltar que às orientações do Referencial para a Formação de Professores Indígenas (2002, p. 23 e 24), apontam para formação docentes, indígenas com pelo menos os atributos abaixo mencionados:

- I. O apoio e a indicação pela comunidade, por meio de suas formas de representação política;
- II. Tornar um líder capaz de mobilizar os outros, a partir dos espaços educacionais, para identificar, entender e buscar soluções para os problemas da comunidade;
- III. Participar do cotidiano da comunidade, dos eventos culturais e tradicionais do seu povo;
- IV. Conhecer, valorizar, interpretar e vivenciar as práticas linguísticas e culturais consideradas significativas e relevantes para a transmissão e para a reprodução social da comunidade;
- V. O autorreconhecimento e o reconhecimento do pertencimento à comunidade/povo indígena em que funciona a escola;

Espera-se também que esse profissional possa contribuir com a sua aldeia na construção coletiva de uma educação escolar de seu povo, que seja coerente com a proposta curricular e metodológica que partam da realidade e respeitem suas próprias concepções de mundo e de vida, tanto de sociedade, de pessoa humana, de relação com a natureza, entre outras, respeitar e incentivar a pesquisa e o estudo dos conhecimentos relativos à sociedade. Para isso, é imprescindível distinguir dois campos opostos: o dos sistemas sociais de convívio indígena e o do sistema ocidental, que tem por base o individualismo, a competitividade e o consumismo, e que pressionam cotidianamente os povos indígenas e suas culturas.

O futuro profissional indígena será motivado a mobilizar outros profissionais de sua aldeia para a discussão sobre o contexto tecnológico no mundo atual e sua relação com a realidade e as atuais circunstâncias históricas dos povos indígenas, tem como atributos desejáveis: o auto-reconhecimento do pertencimento à aldeia; sensibilidade às expectativas e às demandas da aldeia relativas à educação, à saúde e à sustentabilidade em toda a sua abrangência; o relacionamento respeitoso com a comunidade e o compromisso de ajudá-la nas suas dificuldades e na defesa de seus interesses e direitos; o interesse na inter-relação entre os conhecimentos próprios relativos ao mundo social e natural e os conhecimentos de outras culturas, para a valorização e a ampliação de seu próprio universo cosmológico e de práticas culturais; o compromisso com o fortalecimento da cultura com o propósito de resgatar os costumes, as crenças, os valores, os hábitos alimentares, entre outros, perdidos devido os

impactos decorrentes das frentes econômicas na Amazônia, e da trajetória histórica de contatos com os povos indígenas marcada pela ideologia colonial.

Após conclusão do curso o profissional em Magistério Indígena deverá ter um perfil de atuação em que exerça o papel de interlocutor entre os conhecimentos do mundo indígena com os conhecimentos do mundo não indígena, ciente da interculturalidade como componente da história humana, deverá exercer atribuições de valorização da língua, história e cultura do seu povo, a partir do incentivo aos estudos, do conhecimento dos direitos, e da compreensão das relações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas vivenciadas no contexto intersocietário.

Ao final de sua formação, o professor indígena deverá apresentar as seguintes habilidades:

- Ter capacidade de expressão escrita na língua materna e na língua portuguesa, e de desenvolver outras expressões criadoras, estimulando a produção de material didático-pedagógico na língua materna;
- Realizar pesquisas sobre as pedagogias e os processos educacionais existentes em seu povo;
- Ministras aulas de alfabetização na língua materna e portuguesa, tendo domínio didático de forma satisfatória perante a comunidade indígena;
- Atuar na Educação Infantil e nas séries iniciais, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental;
- Realizar pesquisas sobre a educação e a língua materna, seus contextos de uso, as ameaças, as possibilidades de fortalecimento, podendo escrevê-la de modo seguro;
- Estimular a valorização das práticas culturais, o entendimento do contexto intersocietário e o exercício da cidadania indígena entre seus estudantes e sua aldeia;
- Elaborar, discutir e implementar a discussão do projeto político pedagógico no âmbito da escola e da aldeia e construir currículo que parta da realidade;
- Colocar em prática na unidade escolar onde atua os elementos básicos de gestão e administração escolar;
- Participar e contribuir com o processo de discussão quanto às políticas públicas destinadas à educação escolar indígena, articulando-a às demais ações destinadas aos povos indígenas.

Nas áreas de conhecimentos tratadas no curso os egressos deverão apresentar respectivamente as seguintes capacidades:

- Conhecimentos e (re) conhecimento elementares sobre filosofia da ciência e de metodologia de pesquisa científica;

- Conhecimento da diversidade sociocultural brasileira, reconhecendo as contribuições dos povos indígenas para a formação da sociedade brasileira;
- Conhecimentos básicos das narrativas (historiográficas e literárias) brasileiras e latino americana relacionadas aos povos indígenas;
- Conhecimento e uso de técnicas etnográficas na realização de pesquisas histórico-antropológicas;
- Reconhecimento de formas próprias dos povos indígenas construir e transmitir conhecimentos;
- Conhecimento sobre o desenvolvimento das sociedades como processos de ocupação de espaços físicos e as relações dos seres humanos com o território e a natureza;
- Conhecimento sobre o funcionamento da sociedade envolvente mais amplo, sabendo contextualizar os seus desafios sócio produtivos e culturais de forma crítica;
- Capacidade de estabelecer relações entre conhecimento teórico e as práticas socioculturais;
- Capacidade de compreenderem-se a partir de temporalidades próprias das culturas e memórias históricas indígenas e situar-se no contexto de relações com outras formas de temporalidades;
- Conhecimento sobre os processos de construção de identidades (social, cultural, étnica, etc.) nas dimensões históricas e antropológicas, reconhecendo seus papéis nos processos históricos simultaneamente como sujeitos e como (re) construídos nestes processos.
- Reconhecer e valorizar os sistemas de conhecimento matemático próprios dos povos indígenas (como contagem, medição, padrões geométricos, astronomia tradicional e resolução de problemas contextualizados), articulando-os criticamente com os conceitos matemáticos escolares formais, de modo a promover uma educação intercultural e significativa para as crianças.

7. PERCURSO FORMATIVO

I Ciclo: Diagnóstico Etnoeducacional e Linguístico das Aldeias

Período: 2 semestres (1 ano)

Calendário Cultural: A construção do calendário cultural tem como ponto de partida o tempo histórico, a cultura, a cosmologia, as condições socioeconômicas e a localização geográfica da comunidade indígena. Esse registro do patrimônio material e imaterial da aldeia deve refletir festas, práticas produtivas e rituais, sendo fundamental para orientar o planejamento das atividades letivas e a definição de estratégias pedagógicas contextualizadas para o funcionamento do curso.

Calendário Letivo das Escolas: A identificação e análise do calendário letivo da rede municipal de ensino à qual as escolas das aldeias estão vinculadas é essencial para a construção do diagnóstico educacional. Essa ferramenta permite compreender a dinâmica escolar vigente e contribui para a caracterização político-pedagógica, possibilitando a organização das atividades escolares em períodos próprios, que respeitem o ritmo das atividades econômicas e culturais das comunidades — mesmo que distintas do calendário civil convencional.

Etnomapeamento e Memórias: Caracterização da paisagem e dos espaços políticos e culturais: O reconhecimento dos espaços socioculturais de referência, seus usos e a memória coletiva da comunidade permitem a construção conjunta de um diagnóstico aprofundado sobre a paisagem, a organização social, os bens naturais e as práticas culturais locais. Essa caracterização visa identificar as transformações nos territórios das aldeias, os elementos biofísicos da paisagem, e os principais desafios da gestão territorial e das relações socioculturais (educação, saúde, produção, cultura, etc.).

Contextualização das Escolas: Caracterização Político-Pedagógica e Curricular: Todo projeto pedagógico expressa uma intencionalidade sobre o tipo de sujeito que se deseja formar. As escolas indígenas devem se comprometer com a formação de sujeitos protagonistas, críticos e conscientes. Nesse processo, é fundamental realizar uma análise das condições estruturais das escolas, do perfil docente, e dos currículos utilizados, incorporando instrumentos de pesquisa e análise documental, sempre valorizando os conhecimentos e práticas educativas indígenas.

Situação Linguística das Comunidades: Esse levantamento visa compreender o panorama sociolinguístico da comunidade: identificar os falantes da língua materna, as estratégias de alfabetização e letramento bilíngue, e refletir sobre as políticas linguísticas existentes. O objetivo é fortalecer a identidade linguística, valorizar a língua originária e construir propostas de ensino que garantam sua vitalidade.

II Ciclo: Formação de Docentes Indígenas e Projetos Educacionais

Período: 2 semestres (1 ano)

Análise e adequação das Matrizes Curriculares: Para construir um currículo que dialogue com os projetos cosmo-societários do povo *Xikrin*, é preciso organizar os componentes curriculares com base no cotidiano da comunidade. Cultura e trabalho devem ser reconhecidos como princípios educativos. A escola indígena, intercultural e democrática, deve refletir os modos de ser, saber e viver Mebêngôkre e *Xikrin*, e valorizar os saberes ancestrais como eixo formativo.

Produção de material didático intercultural bilíngue/multilíngue: O curso deverá estimular a produção de materiais pedagógicos que fortaleçam as línguas indígenas, suas cosmologias e estéticas. Esse acervo servirá de base para o trabalho didático nas escolas das aldeias, contribuindo com a consolidação de práticas educativas próprias, alinhadas à interculturalidade crítica.

Práticas Pedagógicas: As práticas pedagógicas devem promover o reconhecimento, a valorização e a construção coletiva dos projetos político-pedagógicos das escolas indígenas. A diversidade cultural, política, econômica, de gênero, alimentar e ecológica deve estar no centro da formação, tornando a escola um espaço de convivência e criação de saberes enraizados na realidade da comunidade.

Avaliação e Letramento: A avaliação deve considerar o respeito à cultura local e às formas ancestrais de construção do conhecimento. O planejamento intercultural do ensino e da aprendizagem deve promover o protagonismo indígena e contemplar as memórias e resistências coletivas frente aos processos de colonização e às ameaças contemporâneas na região amazônica.

III Ciclo: Experimentações e Vivências Pedagógicas em Educação Escolar Indígena

Período: 2 semestres (1 ano)

Sistematização dos planos de ações educacionais: Os princípios interculturais que norteiam este PPC orientam a construção de itinerários formativos integrados, conectando áreas do conhecimento com saberes/fazeres/viveres escolares. Os planos de ação pedagógica do curso serão elaborados com base na articulação entre formação humana e técnica, vivências escolares e valorização étnica, promovendo uma docência crítica, criativa e contextualizada.

Partilhas: As partilhas buscam fomentar intervenções coletivas que contribuam para a transformação da realidade escolar nas aldeias. Serão realizadas atividades de

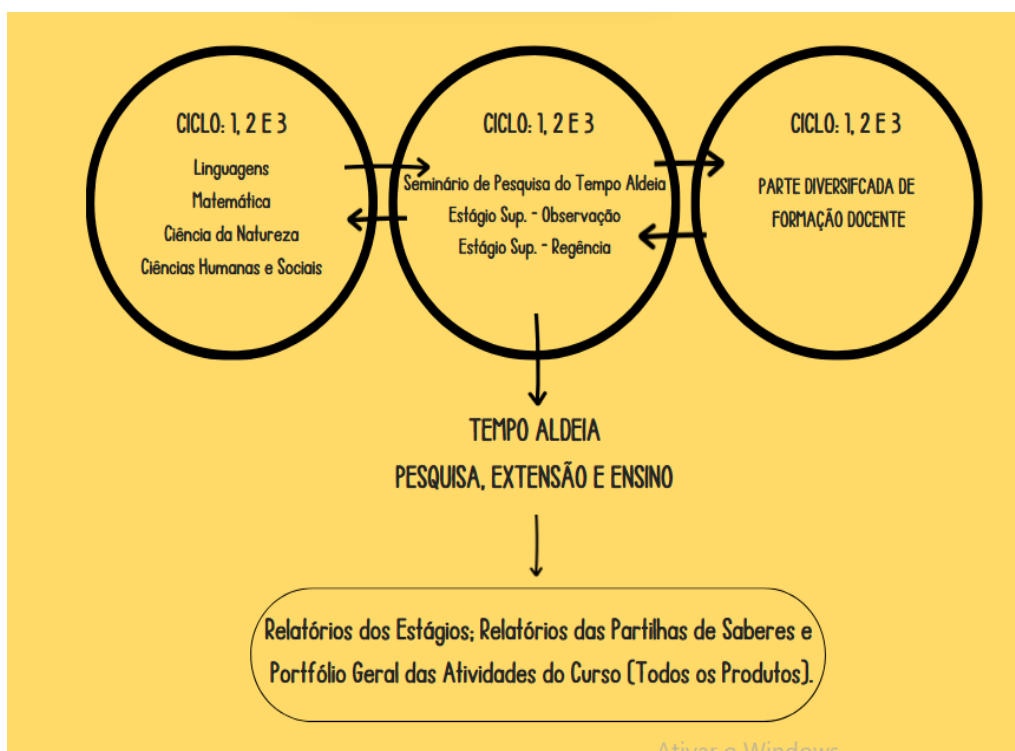
socialização dos conhecimentos adquiridos, como seminários nas aldeias e nos espaços formativos, além da produção de materiais como cadernos pedagógicos, glossários, vídeos, sequências didáticas, planos de ensino, calendários étnicos e diagnósticos socioeducacionais, fortalecendo o processo formativo e a autonomia pedagógica das comunidades.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso Técnico em Magistério de Nível Médio está organizada por meio de eixos temáticos que aglutinam os componentes curriculares por semestre, em cada área de conhecimento, articulando o Núcleo Politécnico como elemento principal da integração de projetos, que são os resultados de cada ciclo. Portanto, a escolha pelo Seminário de Pesquisa do Tempo Aldeia e a partir do segundo ciclo do Estágio Supervisionado, é estratégica e legítima conforme descrito no Quadro abaixo.

Neste sentido, os componentes curriculares serão desenvolvidos considerando os pré-requisitos e a sequência lógica, um após o outro, de modo a facilitar o processo de formação, bem como a atuação e o deslocamento dos docentes.

Figura 1 - Integração Curricular: Pesquisa, Extensão e Ensino.



Autoria: Ribamar Ribeiro Junior

9. MATRIZ CURRICULAR

QUADRO DE COMPONENTES CURRICULARES

Quadro 1 - Componentes Curriculares – Magistério Indígena.

1º CICLO						
EIXO TEMÁTICO: DIAGNÓSTICO ETNOEDUCACIONAL E LINGÜÍSTICO DAS ALDEIAS						
Áreas de conhecimento		Componente curricular	CH Total			
			CHR	CHA	TE	TA
Núcleo Comum	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Materna I	100	120	60	60
		Língua Portuguesa I	100	120	60	60
		Arte, Educação e Ludicidade	50	60	30	30
		Educação Física: Corpo e Corporeidade	50	60	30	30
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática: Etnomatemática Indígena I	100	120	60	60
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências Naturais e Etnociências I: Biologia	50	60	30	30
		Ciências Naturais e Etnociências I: Química	50	60	30	30
		Ciências Naturais e Etnociências I: Física	50	60	30	30
	Ciências Humanas e Sociais	Geografia: Espaços e sociedades, cartografias sociais e territoriais.	50	60	30	30
		História: Etnohistória e Memórias	50	60	30	30
		Filosofia e Contra-Colonialidade	50	60	30	30
		Sociologia: Introdução a Leituras Sociológicas	50	60	30	30
	TOTAL NÚCLEO COMUM		750	900	450	450
Núcleo Politécnico		Seminário de Pesquisa do Tempo Aldeia I	40	48	20	28

TOTAL NÚCLEO POLITÉCNICO		40	48	20	28
Núcleo Diversificada	Direitos Indígenas, Legislação e Política Indigenista	40	48	24	24
	Educação Escolar Indígena e Interculturalidade	40	48	24	24
	Antropologia da Educação e Estudos Indígenas	40	48	24	24
TOTAL NÚCLEO DIVERSIFICADA		120	144	72	72
TOTAL GERAL 1º CICLO		910	1092	542	550
PRODUTOS: Calendário Cultural; Calendário Letivo das Escolas; Etnomapeamento das Escolas; Diagnóstico das Escolas e Portfólio da Situação Linguística da Comunidade					

2º CICLO						
EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE DOCENTES INDÍGENAS E PROJETOS EDUCACIONAIS						
Áreas de conhecimento		Componente curricular	CH Total			
			CH/R	CH/A	TE	TA
Núcleo Comum	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Materna II	100	120	60	60
		Língua Portuguesa II	100	120	60	60
		LIBRAS: Introdução aos estudos da Libras em contextos Culturais Indígenas	50	60	30	30
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática: Etnomatemática Indígena II	100	120	60	60
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia: Ciências Naturais e Etnociências II	50	60	30	30

	Ciências Humanas e Sociais	Geografia: Diferentes usos e das relações com os espaços	50	60	30	30
		História: Etnohistória, o fazer humano e formação social	50	60	30	30
		Filosofia: Ètica e Cidadania	50	60	30	30
		Sociologia: Sociologia do Trabalho e do Movimento Indígena	50	60	30	30
TOTAL FORMAÇÃO BÁSICA			600	720	360	360
Núcleo Politécnico	Seminário de Pesquisa do Tempo Aldeia II	40	48	20	28	
	Estágio Curricular Supervisionado I - Observação	100	120	20	100	
TOTAL NÚCLEO POLITÉCNICO			140	168	40	128
Núcleo Diversificada	Etnometodologia e Pesquisa Indígena	40	48	24	24	
	Didática e Formação Docente	60	72	36	36	
	Organização do Ensino e Gestão Escolar nas Aldeias	60	72	36	36	
	Princípios da Agroecologia na Educação Escolar Indígena	60	72	36	36	
TOTAL NÚCLEO DIVERSIFICADA			220	264	132	132
TOTAL GERAL 2º CICLO			960	1152	532	620
PRODUTOS: Caderno de Metodologia de Construção de Matriz Curricular; Cartilhas Bilíngue/Multilíngue; Cadernos de Sequências Didáticas e Planos de Ensino;						

3º CICLO						
EIXO TEMÁTICO: EXPERIMENTAÇÕES E VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA						
Áreas de conhecimento	Componente curricular	CH Total				
		CH/R	CH/A	TE	TA	
	Língua Materna III	100	120	60	60	

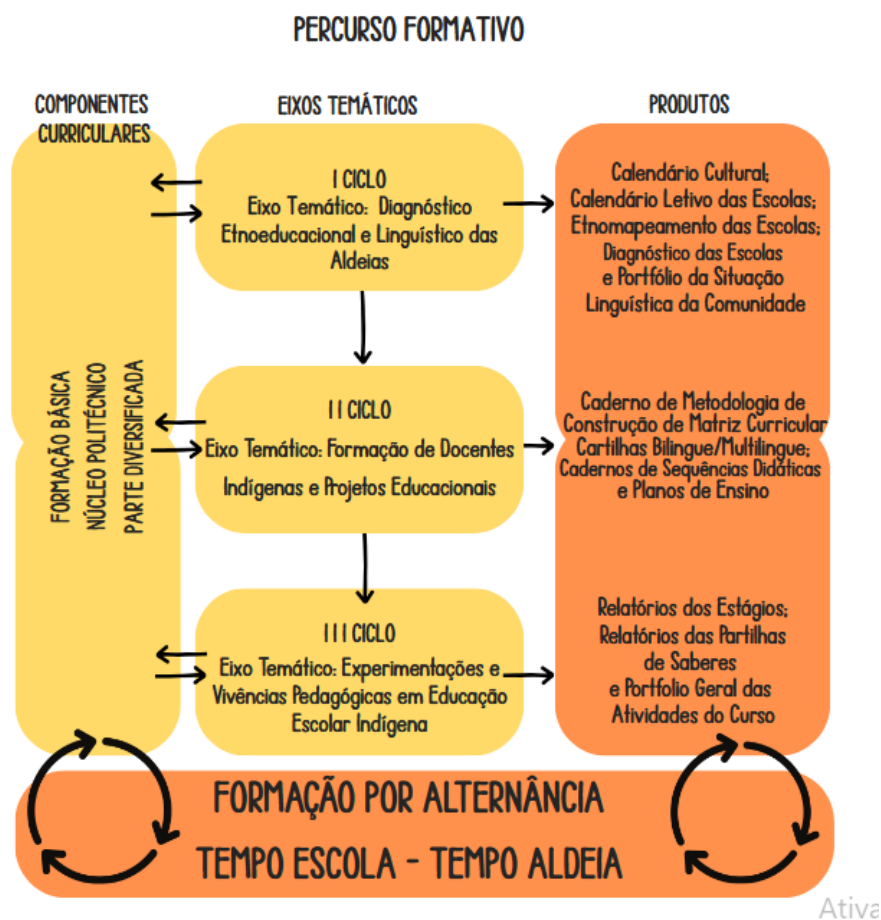
Núcleo Comum	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa III	100	120	60	60
	Matemática e suas	Matemática: Etnomatemática Indígena III	100	120	60	60
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física: Ciências Naturais e Etnociências II	50	60	30	30
		Química: Ciências Naturais e Etnociências II	50	60	30	30
TOTAL NÚCLEO COMUM			400	480	240	240
Núcleo Politécnico		Seminário de Socialização das pesquisas do Tempo-Aldeia III	40	48	20	28
		Estágio Curricular Supervisionado II - Regência	100	120	20	100
TOTAL NÚCLEO POLITÉCNICO			140	168	40	128
Núcleo Diversificada		Teoria e Prática de História	60	72	36	36
		Teoria e Prática de Geografia	60	72	36	36
		Teoria e Prática de Ciências Naturais e Etnociências	60	72	36	36
		Teoria e Prática de Educação Infantil	60	72	36	36
		Teoria e Prática do Ensino Fundamental	60	72	36	36
		Teoria e Prática de EJA	60	72	36	36
		Planejamento Educacional e Avaliação	60	72	36	36
TOTAL NÚCLEO DIVERSIFICADA			420	504	252	252
TOTAL GERAL 3º CICLO			960	1152	532	620
TOTAL GERAL DO CURSO			2830	3396	1606	1790
PRODUTOS: Relatórios dos Estágios; Relatórios das Partilhas de Saberes e Portfólio Geral das Atividades do Curso.						

QUADRO RESUMO	
Classificação dos Componentes Curriculares	CHR Total
Disciplinas Obrigatórias	2630
Disciplinas Optativas	0
Estágio Curricular Supervisionado	200

10. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

A representação gráfica do curso Técnico em Magistério de Nível Médio encontra-se distribuída em três eixos temáticos: 1) Diagnóstico Etnoeducacional e Linguístico das Aldeias; 2) Formação de Docentes Indígenas e Projetos Educacionais; 3) Experimentações e Vivências Pedagógicas em Educação Escolar Indígena.

Figura 2 - Gráfico do Percorso Formativo.



11. PRÁTICA PROFISSIONAL

Em conformidade com a Resolução nº 912/2022/CONSUP/IFPA, a prática profissional no Curso Técnico em Magistério Indígena, ofertado na modalidade PROEJA, está integrada à carga horária dos componentes curriculares do Núcleo Politécnico. Essa prática é concebida como parte fundamental da formação técnica e pedagógica, constituindo-se em vivências significativas nos ambientes de aprendizagem próprios do contexto indígena.

A prática profissional ocorre de forma articulada às atividades desenvolvidas no Tempo Escola e no Tempo Aldeia, a partir de metodologias da alternância pedagógica e da educação intercultural. Cabe destacar que a carga horária da prática profissional é distinta e não se confunde com as horas destinadas ao Estágio Curricular Supervisionado, previsto na

matriz curricular como componente específico. A prática profissional, conforme as diretrizes da Resolução nº 912/2022, compreende experimentações, observações, visitas técnicas, simulações, elaboração de materiais e desenvolvimento de projetos integradores que consolidam a aprendizagem técnica e intercultural dos(as) futuros(as) professores(as) indígenas.

12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado no curso Técnico em Magistério de Nível Médio será desenvolvido pelos estudantes no período do Tempo-Aldeia, dois componentes curriculares: Estágio Curricular Supervisionado I e Estágio Curricular Supervisionado II, constituindo-se de várias atividades, tais como, observação da estrutura educacional das escolas das aldeias. Para tanto, o terceiro ciclo que compreende o Eixo Temático: Experimentações e Vivências Pedagógicas em Educação Escolar Indígena, seguirá o percurso de acordo com a figura abaixo. Compreendendo componentes curriculares articulados com o Estágio Supervisionado II - Regência, que terá como sua principal finalidade interconectar em diálogos interdisciplinares/interculturais as dimensões e elementos das áreas de conhecimentos que apontem à prática docente dos/as educandos/as, nestes termos, enfatizar o Tempo Aldeia com a prática da regência.

Figura 3 - Interconexão dos Componentes Curriculares - Integrando o Currículo.



Os encontros sistemáticos para orientação do Estágio Curricular Supervisionado e para a reflexão sobre o desenvolvimento das atividades serão realizados no âmbito do próprio componente curricular, em articulação com o Seminário de Sistematização e Socialização do Tempo Aldeia. O estágio será desenvolvido nas escolas das aldeias, com carga horária total de 200 horas/relógio, distribuídas em dois momentos do percurso formativo: 100 horas no segundo ciclo, voltadas à etapa de observação, e 100 horas no terceiro ciclo, destinadas à regência e intervenção pedagógica.

13. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICS) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, estão cada vez mais inseridas no cotidiano social, as constantes mudanças provocadas pelos avanços científicos contribuem para essa inserção, contribuindo como uma forma de se estabelecer comunicação, construir conhecimento e, sobretudo socializar, sendo um importante eixo condutor que tem impulsionado diferentes modos de comunicação, de relacionamento entre pessoas, de manipulação dos objetos e de transformação do mundo onde vivemos, promovendo assim, a expansão de fronteiras, o rompimento de distâncias virtuais, e a conexão entre diferentes contextos sociais. Vale ressaltar que quando previstas devem permitir a execução do PPC e a garantia da sua acessibilidade e de seu domínio.

Nessa perspectiva, no curso Técnico em Magistério Indígena de Nível Médio o uso das TIC's no processo de ensino-aprendizagem, se dará através das atividades diversas ofertadas no curso, nas quais são utilizados um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si disponíveis nas aldeias, tais como computador, uso de arquivos digitais, aplicativos, data show, telefonia.

A EMEIF Indígena *Kôkôkangroti* conta com uma sala de informática equipada com 10 (dez) computadores, disponível para uso dos estudantes durante os módulos presenciais do curso. Essa estrutura é essencial para o desenvolvimento de atividades formativas que envolvem o uso de recursos digitais, como produção de materiais bilíngues, pesquisas e apoio pedagógico. Complementarmente, o Campus Altamira do IFPA dispõe de 03 (três) laboratórios de informática, com 30 (trinta) computadores cada, que poderão ser utilizados em momentos específicos da formação, conforme a organização pedagógica do curso e a necessidade de atividades mais amplas de capacitação tecnológica.

14. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

14.1. Espaço de Formação - Tempo Escola

O Tempo Escola é um período de desenvolvimento das atividades presenciais na aldeia *Potkrô*, na escola *Kôkôkangroti*. É um momento em que os estudantes se deslocam de suas comunidades/aldeias para uma única aldeia, onde acontecerão as aulas presenciais e os momentos formativos do curso. Esses momentos ocorrerão em tempo integral, nos períodos compreendidos entre os meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto de cada ano. A permanência na Escola polo será durante 30 ou mais dias, conforme cumprimento da carga horária de cada período. Os estudantes que não moram na aldeia polo, permanecerão no alojamento estudantil nesse período, devido as aldeias ficarem distantes uma das outras.

14.2. Espaço de Formação - Tempo Aldeia

O tempo aldeia, denominado de alternância pedagógica, é o período de desenvolvimento das atividades. São momentos em que os estudantes retomam a sua comunidade de origem para o desenvolvimento do projeto integrador, onde realizarão as atividades de pesquisas, individuais ou coletivas, atividades culturais e demais atividades vinculadas às disciplinas e projetos sob a orientação dos docentes do curso. O tempo aldeia ocorrerá no período de abril e junho e setembro a novembro.

O acompanhamento das pesquisas no Tempo Aldeia se dará da seguinte forma:

- Os educadores e os sábios indígenas visitarão as aldeias. A visita com caráter Didático-pedagógico, desencadeará o exercício da interculturalidade entre escola e os indígenas. O objetivo dessa ação é Vivenciar e Conviver para compreender o cotidiano da aldeia e os saberes de cada povo;
- Os docentes acompanharão e experimentarão as atividades de estudo/trabalho/experimento dos educandos; Dentre estas, trocar experiências e saberes com membros das aldeias tais como: mestres, professores indígenas, anciãos etc.
- As atividades devem estar de acordo com o percurso formativo e dos roteiros enviados previamente aos alunos/as através do PEPT - Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho.
- O Curso será direcionado pela Política de Formação por Alternância, pelas notas técnicas que orientam os percursos formativos e pelo Plano de Estudo, Pesquisa e trabalho (PEPT) de cada Tempo Aldeia.

- O Tempo Aldeia é composto por atividades individuais ou coletivas envolvendo a comunidade, a Escola e lideranças com o propósito de encontrar soluções aos problemas encontrados e assim contribuir com o etnoenvolvimento, compartilhando conhecimentos construídos durante o Tempo Escola.
- O PEPT, instrumento didático-pedagógico será produzido e revisado de forma coletiva pelo conjunto de docentes do período letivo, sob a coordenação do coordenador do Curso, sempre observando o Percorso Formativo, dentro dos respectivos eixos temáticos que deverão conter o levantamento de informações que contemplem todos os componentes curriculares, ou seja, o docente deve estar inserido e alinhado com esse instrumento para que não encaminhe atividade fora dele. O PEPT deve promover reflexões e soluções no Tempo Escola, fazendo um elo com os conteúdos previstos para o Tempo Escola seguinte.

Todos os docentes que atuam no período letivo têm o compromisso de participar da elaboração e ou revisão do Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho (PEPT) assegurando a perspectiva integrada e a materialização do percurso formativo, de modo a cumprir a carga horária constante na matriz curricular.

O resultado de cada tempo - aldeia, acontecerá a partir do Seminário de Sistematização e Socialização do Tempo aldeia culminando com a apresentação de um produto e será socializado sempre que retornarem para o tempo escola.

15. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem, no Curso Técnico em Magistério Indígena, integra o conjunto de ações pedagógicas que compõem o processo de "ensinagem" (ensino-aprendizagem), sendo indissociável do planejamento, das metodologias e da participação ativa dos(as) educandos(as). Essa avaliação não deve se limitar a medir resultados, mas precisa ter caráter formativo, diagnóstico e participativo, respeitando as especificidades socioculturais do povo *Xikrin* e promovendo o protagonismo dos estudantes no seu percurso formativo.

A função da avaliação é múltipla: diagnosticar o desenvolvimento das aprendizagens, orientar o processo educativo, identificar dificuldades e replanejar as práticas pedagógicas. Nesse sentido, é fundamental que os(as) educandos(as) compreendam para que serve a avaliação, por que estão sendo avaliados e quais instrumentos serão utilizados. Como destaca Sant'Anna (2010), o processo avaliativo

precisa ser transparente e dialogado, evitando práticas coercitivas e intimidadoras que historicamente marcaram negativamente a experiência escolar de muitos povos indígenas.

As funções da avaliação podem ser organizadas em três modalidades principais:

- **Diagnóstica:** realizada no início do ciclo formativo ou de um novo conteúdo, visa identificar conhecimentos prévios, habilidades e eventuais dificuldades de aprendizagem. Pode ser feita por meio de testes diagnósticos, fichas de observação, pré-testes e atividades exploratórias.
- **Formativa:** ocorre ao longo do processo de ensino e tem como objetivo acompanhar o progresso dos estudantes, permitindo intervenções pedagógicas, adaptações metodológicas e atividades de recuperação paralela.
- **Somativa (classificatória):** realizada ao final de cada componente curricular, visa aferir o nível de aproveitamento e registrar o desempenho final do(a) estudante, com base nos critérios estabelecidos pelo curso e pelas normas do IFPA.

A avaliação deve valorizar os saberes tradicionais, a oralidade, os contextos culturais das aldeias e as formas próprias de expressão dos povos indígenas, promovendo uma formação integral. Para isso, são utilizados instrumentos diversos, como:

- Produção de textos e materiais bilíngues;
- Elaboração e execução de projetos de pesquisa e intervenção;
- Experimentos e práticas em ambientes comunitários;
- Atividades culturais e pedagógicas desenvolvidas no Tempo Escola e Tempo Aldeia;
- Seminários, apresentações orais e rodas de conversa;
- Provas escritas e orais;
- Fichas de autoavaliação e avaliações coletivas.

A avaliação será apurada em quatro momentos bimestrais de culminância, seguindo a fórmula:

$$MF = (1^aBI + 2^aBI + 3^aBI + 4^aBI) / 4 \geq 7,0$$

Legenda:

MF = Média Final

BI = Avaliação Bimestral

Caso o(a) estudante não alcance a média mínima, será oferecida a **Prova Final**, calculada pela fórmula:

$$MF = (MB + PF) / 2 \geq 7,0$$

Legenda:

MB = Média Bimestral

PF = Prova Final

A aprovação no componente curricular exige Média Final igual ou superior a 7,0 e frequência mínima de 75% da carga horária. O(a) estudante reprovado(a) em até 30% dos componentes poderá cursá-los em regime de dependência no período letivo seguinte. Caso exceda esse percentual, deverá refazer o período integralmente.

A recuperação paralela da aprendizagem será contínua ao longo do período letivo, conforme o §1º do Art. 298 do Regulamento Didático-Pedagógico do IFPA, com atividades planejadas de forma contextualizada pelos docentes, atendendo às necessidades individuais ou do grupo.

A avaliação no Curso de Magistério Indígena deve ainda considerar a participação comunitária, o envolvimento das lideranças e dos mestres indígenas no acompanhamento do processo formativo, promovendo a reflexão coletiva e a construção compartilhada de saberes. Avaliar, nesse contexto, é também reconhecer os modos próprios de ensinar e aprender do povo *Xikrin*, valorizando a interculturalidade como eixo estruturante da prática pedagógica.

16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O Projeto Pedagógico do Curso reconhece que os(as) estudantes podem trazer consigo trajetórias formativas e vivências significativas, adquiridas tanto no ambiente escolar quanto em contextos comunitários, profissionais e culturais. Por isso, contempla a possibilidade de aproveitamento de estudos anteriores e de certificação de saberes adquiridos por meio de experiências prévias, respeitando os critérios institucionais estabelecidos pelo IFPA.

Essa integralização poderá ocorrer por duas vias:

a) Aproveitamento de estudos: corresponde à equivalência de componentes curriculares cursados em outras instituições de ensino técnico de nível médio, na forma integrada ou subsequente. Para solicitar o aproveitamento, o(a) estudante deverá apresentar documentação comprobatória emitida pela instituição de origem, conforme orientações do Art. 323 do Regulamento Didático-Pedagógico do IFPA (2023), incluindo:

- Histórico escolar;
- Ementas das disciplinas cursadas;
- Comprovação de autorização legal do curso de origem, quando aplicável.

b) Certificação de conhecimentos prévios: trata-se do reconhecimento de saberes adquiridos por meio de vivências práticas e comunitárias, inclusive fora do ambiente formal de ensino, como experiências culturais, produtivas ou de atuação social. Essa certificação ocorrerá mediante processo avaliativo específico, convocado por meio de edital, conforme previsto no Art. 223 do mesmo regulamento.

Em ambos os casos, o aproveitamento está condicionado ao limite máximo de 50% da carga horária total da matriz curricular do curso, conforme normas da Organização Didática do IFPA. Essa medida visa garantir a flexibilidade curricular, respeitar os percursos formativos dos estudantes indígenas e valorizar seus saberes tradicionais, sem comprometer a integridade pedagógica do curso.

A análise e validação dos pedidos serão de responsabilidade do colegiado do curso, que deverá assegurar critérios técnicos, pedagógicos e culturais adequados à realidade do povo *Xikrin*.

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação dos cursos no IFPA – Campus Altamira é essencial para garantir a qualidade do ensino. Para isso, é estabelecida uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com base nas práticas do ensino superior, mas também aplicada à educação profissional básica. A CPA atua de forma participativa, promovendo diagnósticos e análises sobre o desenvolvimento dos cursos, com foco na melhoria contínua e no alinhamento ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Paralelamente, o curso conta com um Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável por zelar pela qualidade curricular, integração entre ensino, pesquisa e extensão, consolidação do perfil do egresso e cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais. O NDE é formado por docentes com titulação e dedicação parcial ou integral.

A avaliação ocorre semestralmente, por meio de instrumentos aplicados aos discentes, docentes e técnicos, contemplando:

- Desempenho dos professores;
- Atendimento dos técnicos administrativos;
- Condições dos Espaços Educativos;
- Coordenação e gestão do curso;
- Auto avaliação do Estudante;

Os resultados das avaliações são consolidados em relatórios, discutidos com a comunidade acadêmica e encaminhados à Direção de Ensino para subsidiar ações de melhoria.

Essas ações de avaliação contínua, conduzidas pela CPA e apoiadas pelo NDE, contribuem para ajustes no número de vagas, abertura de novas turmas e aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A CPA do IFPA – *Campus* Altamira foi instituída com a função de coordenar e articular o processo interno de avaliação do *Campus*, seu objetivo é “contribuir para o aprimoramento da qualidade institucional e impulsionar mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação do conhecimento, bem como promover a cultura de autoavaliação e aprimoramento do Instituto Federal do Pará”. Em fevereiro de 2016, foi publicada a Portaria da CPA do *Campus* Altamira designando os componentes da CPA, esta tem a sua disposição uma sala localizada no bloco administrativo.

O sistema de Avaliação Institucional será regido pelo regulamento e ações que norteiam o trabalho da CPA do *Campus* Altamira, que estará ligada a CPA do IFPA, que dentre suas ações, está de manter um processo de avaliação junto aos discentes, docentes, técnicos administrativos e comunidade, de forma a oferecer parâmetros de conhecimento das ações que balizaram o planejamento e intervenção em relação aos cursos, turmas e docentes do *Campus* Altamira, além de divulgar seu relatório final de avaliação em plenária pública.

A Avaliação Institucional é um dos componentes do IFPA – *Campus* Altamira e está relacionada:

- à melhoria da qualidade da educação básica, técnica e tecnológica;
- à orientação da expansão de sua oferta;
- ao aumento da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- a afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Avaliação Institucional do IFPA – *Campus* Altamira divide-se em duas modalidades:

I) **Autoavaliação** – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do *Campus* com apoio da coordenação do curso técnico e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional do IFPA.

II) **Avaliação externa** – Realizada por comissões designadas pela Direção de Ensino e a CPA, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação básica, técnica e tecnológica expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem, se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Em seu conjunto, os processos avaliativos constituem um sistema que permite a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

19. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

Para o pleno funcionamento do curso Técnico em Magistério de Nível Médio o *Campus* conta com a participação do corpo docente e técnico-administrativo, do quadro de servidores efetivos e substitutos do *Campus*.

19.1. Corpo Docente

Quadro 2 – Corpo Docente do Curso.

NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME
Ailton Lopes de Sousa	Mestre em Bioinformática	DE
Anangela Ravena da Silva Leal	Mestre em Ciência Animal	DE
Antonio Eduardo Sena de Lucena	Mestre em Matemática	DE
Flávia Ribeiro Veras	Doutora em História	DE
Laísa Maria de Resende Castro	Doutora em Botânica	DE
Larici Keli Rocha Moreira	Mestra em Educação Profissional e Tecnológica	DE
Leandro Machado Ferreira	Mestre em Arte	DE
Luiz Carlos dos Santos Leite	Doutor em Física	DE
Genilson Santana Cornélio	Mestre em Geografia	DE

Nelson de Lima Ribeiro Filho	Doutor em Geofísica	DE
Renan do Socorro dos Santos Borges	Mestre em Letras	DE
Roberto Oilveira da Silva	Mestre no Ensino de Ciências e Matemática	40H
Valber de Almeida Pires	Doutor em Ciências Sociais	DE

19.2. Corpo Técnico-Administrativo

Quadro 3 – Corpo Técnico-Administrativo do Curso.

NOME	REGIME DE TRABALHO	CARGO/FUNÇÃO	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Andresa Campos Marialva	40H	Assistente Administrativo	Engenharia de Alimentos	Especialização
Ariane Nazare Cardoso do Nascimento	40H	Bibliotecária	Biblioteconomia	Especialização
Cristiane Gomes dos Santos	40H	Assistente de Alunos	Licenciatura em Pedagogia	Especialização
Daniela de Almeida Cavalcante	40H	Assistente Administrativo	-	-
Denisson Ribeiro de Almeida	40H	Assistente de Alunos	Eng. Agrônômica e Licenciatura em Ciências Biológicas	Especialização
Edna Alves Uchôa	40H	Assistente Administrativo	Educação Física	Especialização
Everton Acassio Hendges	40H	Assistente Administrativo	Educação Física	Especialização
Hipolito Ribas Pereira	40H	Técnico em Agropecuária	Sociologia	Mestrado
Hugo Matos da Cunha Sampaio	40H	Técnico do Laboratório de Edificações	Engenheiro Civil	Especialização

Irisley de Oliveira Pereira	40H	Assistente administrativo	Tecnologia em Gestão de Rec. Humanos	Especialização
Iaci Cambraia Gomes	40H	Técnico em TI	Análise de Sistemas	-
Ivan Pereira Damasceno	40H	Técnico em contabilidade	Ciências Contábeis	-
Jackson Almeida de Queiroz	40H	Analista de TI	Informática	Especialização
Janilce Rodrigues Lima	40H	Assistente Social	Bacharel em Serviço Social	Especialização
Keila Santos da Costa Bezerra	40H	Assistente de Alunos	Licenciatura em Pedagogia	Especialização
Karina Karla Rodrigues da Silva do Amaral	40H	Enfermeira	Bacharel em Enfermagem	Especialização
Leidiane Sara Jose Silva	40H	Assistente de Alunos	Pedagogia	-
Leonardo Pinto da Cunha	40H	Técnico e TI	Matemática	Mestrado
Lucas Lázaro Barbosa Carvalho	40H	Técnico de Laboratório	Matemática	Especialização
Marcelo Reis Sena	40H	Assistente Administrativo	-	-
Maria Ivanilse Sousa Paiva	40H	Auxiliar de Biblioteca	Ciências Biológicas	Especialização
Maria Luciana Sousa Penha	40H	Técnico em Gestão de Pessoas	Tecnologia em Gestão Recursos Humanos	Especialização
Mariano Luiz Sousa dos Santos	40H	Pedagogo	Pedagogia	Mestrado
Marta Mary Medeiros Lougon	40H	Assistente de Alunos	Bacharel em Ciências Sociais	Especialização em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Maurício Neubson Medeiros Gonçalves	40H	Auxiliar de Biblioteca	Licenciatura em Pedagogia	Especialização
Paulo Altino Freitas da Cruz	40H	Pedagogo	Pedagogia	Especialização
Roberto Oliveira da Silva	40H	Assistente Administrati vo	Ciências Naturais	Mestrado
Rosangela Maria Tôres Emerique	40H	Pedagogia	Pedagogia	Especialista
Simeire Almeida Leão de Melo	40H	Assistente Administrati vo	Pedagogia	Especialista
Susan Karla Acosta de Mattos	40H	Administrad ora	Administração	Especialista
Wesley Sabino dos Santos	40H	Assistente Administrati vo	-	-
Warleno Ricardo Duarte	40H	Assistente Administrati vo	Matemática	-

20. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

A infraestrutura física constitui um aspecto fundamental para o desenvolvimento adequado do Curso Técnico em Magistério Indígena, especialmente considerando sua realização em contexto intercultural e de alternância pedagógica. A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Indígena *Kôkôkangroti*, localizada na aldeia *Potkrô*, foi selecionada como polo principal para as atividades presenciais do Tempo Escola. Esse espaço escolar foi estruturado para garantir condições adequadas de ensino e aprendizagem, respeitando os modos de vida, a organização comunitária e as particularidades socioculturais do povo *Xikrin*.

A escola conta com os seguintes ambientes físicos, que possibilitam a realização das atividades pedagógicas, administrativas e de apoio logístico durante os módulos presenciais do curso:

Quadro 4 – Infraestrutura da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Indígena *Kôkôkangroti*.

N	AMBIENTE	Qtde.
1	Salas de Aula	04
2	Areia de Circulação	01
3	Banheiros Masculino e Feminino (Estudantes)	02
4	Banheiros Funcionarios	02
5	Cozinha	01
6	Sala Informática	01
7	Sala de Leitura	01
8	Sala Direção	01
9	Sala Coordenação	01
10	Sala Secretaria	01
11	Deposito	01
12	Alojamento	01

21. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

Considerando a previsão na Constituição Federal de 1988 da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a Res. 397/2017/CONSUP/IFPA sobre curricularização da extensão nos cursos do IFPA, este curso de Magistério Técnico irá prever, dentre suas atividades, momentos em que haja articulação entre esses três eixos acadêmicos.

O curso, na sua matriz curricular, tem 6 semestres, ao longo dos quais haverá o desenvolvimento de produtos de trabalhos de pesquisa no âmbito dos vários componentes curriculares. Tais produtos, longe de ficarem restritos ao contexto escolar, devem não apenas se basear na relação sociocultural das comunidades *Xikrin* como também ser voltados a elas. Nesse sentido, eventual pesquisa sobre a situação linguística e sociocultural, fundamentada nas atividades típicas de pesquisa de cada componente curricular, poderá subsidiar políticas que apoiem o desenvolvimento das práticas tradicionais das aldeias, como a adaptação das atividades acadêmicas para atender às atividades culturais do povo *Xikrin* da Terra Indígena Trincheira/Bacajá e até mesmo o estabelecimento de uma política linguística adaptada às suas necessidades.

Tais produtos podem incluir, entre outros materiais, cadernos de atividades, livros de cantos ou currículo unificado para as escolas das aldeias, tendo em vista a formação voltada para o magistério. Além do mais, considerando metodologia da

pedagogia da alternância, o curso poderá dispor de atividades de pesquisa e extensão articuladas com o ensino tanto no tempo-escola quanto no tempo-aldeia, quando haverá a materialização dos conhecimentos construídos com a realidade dos grupos indígenas com os quais o curso será desenvolvido.

Em síntese, para demonstrar a articulação ensino-pesquisa-extensão, os componentes curriculares poderão dedicar ainda parte de sua carga horária para atividades contributivas ao desenvolvimento dos produtos de cada semestre.

22. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Altamira, compreende a inclusão social como um processo amplo, que ultrapassa adaptações arquitetônicas e tecnológicas, e está intimamente ligado às atitudes e práticas pedagógicas que respeitam a diversidade humana, cultural, étnica, linguística e social. No contexto do Curso de Magistério Indígena ofertado aos Xikrin da Terra Indígena (TI) Trinchreira Bacajá, a inclusão social adquire contornos específicos, exigindo o reconhecimento dos modos próprios de ser, viver, aprender e ensinar deste povo indígena.

As políticas de inclusão social da instituição visam garantir não apenas a acessibilidade atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e metodológica, mas também o direito à educação diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária, conforme estabelece o Art. 78 da Lei nº 9.394/96 (LDB), a Resolução CNE/CEB nº 5/2012 e a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Nesse sentido, também se destacam as Políticas de Assistência Estudantil no âmbito do IFPA, por meio da oferta de auxílios financeiros, bolsas e outros instrumentos de apoio que visam assegurar as condições de permanência e êxito dos estudantes indígenas durante sua trajetória formativa.

A educação escolar indígena, nesse sentido, é entendida como um direito coletivo e como instrumento de fortalecimento da identidade étnica e cultural, devendo respeitar os projetos educativos dos próprios povos. Assim, o IFPA Campus Altamira busca criar condições efetivas para o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes indígenas, valorizando seus saberes e práticas, com ações como:

- Valorização da língua e da cultura do povo Xikrin da Terra Indígena Trinchreira/Bacajá como dimensões essenciais do processo educativo;
- Adaptação e produção de materiais didáticos contextualizados e em língua indígena, sempre que possível;

- Formação continuada de docentes com foco na interculturalidade e na educação escolar indígena;
- Participação ativa da comunidade Xikrin na construção, acompanhamento e avaliação do curso;
- Criação de ambientes de aprendizagem que respeitem os tempos, modos de vida e lógicas próprias de organização social do povo Xikrin da Terra Indígena Trancheira/Bacajá;
- Promoção de eventos, seminários e rodas de conversa que articulem os saberes indígenas e acadêmicos;
- Efetivação de parcerias com organizações indígenas, instituições de apoio à educação diferenciada e outros entes públicos voltados à promoção da equidade.

A atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), somada à escuta permanente das lideranças indígenas e dos professores indígenas em formação, fortalece uma política de inclusão que reconhece a diversidade como valor e como base de uma educação pública, democrática e emancipadora. A gestão do Campus, juntamente com a equipe de professores, se compromete com princípios éticos, políticos e filosóficos que assegurem a construção de uma escola indígena que seja, de fato, dos Xikrin, com os Xikrin e para os *Xikrin*.

23. DIPLOMAÇÃO

O diploma do Curso de Magistério Indígena será conferido ao discente que houver integralizado a carga horária dos componentes curriculares, e cumprido o ritual de colação de grau, bem como as regras do Estágio Supervisionado I e II, Atividades resultantes de cada ciclo e, estiver regularizado com a Secretaria Acadêmica.

O/A educando/a do Curso diplomado/a por este Instituto Federal receberá o título de **Técnico em Magistério Indígena** com área de atuação específica em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. O registro será feito através do Departamento de Registros e Indicadores Acadêmicos da Pró-reitoria de Ensino (DRIA/PROEN).

24. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. **Documento Final da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: SECADI, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Referenciais para a formação de professores indígenas**. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.** Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa as Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 nov. 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.** Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Instituto Federal do Pará. Resolução nº 397/2017-CONSUP, de 11 de setembro de 2017.** Aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Disponível em: <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/departamento-de-ensino-superior/3-politicas-e-normativas-institucionais/curricularizacao-da-extensao/1828-resolucao-n-397-2017-consup-ifpa-politica-de-curricularizacao-da-extensao/file>. Acesso em: 29 abr. 2025.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.** Aprovada em 1989. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Tradução de Ernani F. da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

25. ANEXOS

LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS		
COMPONENTE CURRICULAR:	LÍNGUA MATERNA I	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	100H	120H
EMENTA:	Língua, cultura e história no Brasil: diversidade linguística e processos de fortalecimento de retomada de línguas indígenas. Língua e identidade. Fonética e fonologia de Língua Materna e sua implicação no processo de alfabetização e letramento. Discussão sobre a elaboração de materiais didático-pedagógico para o ensino de língua indígena como L1 ou L2.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	D'ANGELIS, W. da R. Fonética e Fonologia na Formação de Professores Indígenas. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 10, n. 4, p. 324-341, out./dez. 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2013v10n4p324. DA MATTA, R. e LARAIA, R. de B. Índios e Castanheiros: A Empresa Extrativista e os Índios no Médio Tocantins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. RIBEIRO, D. 1996. Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras. Conclusões, p.487- 503. RODRIGUES, A D. Línguas Indígenas: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986	
COMPLEMENTAR	ALMEIDA, R. C. de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010. CARNEIRO DA CUNHA, M. Políticas Culturais e povos indígenas: Uma introdução. In: ____; CESARINO, Pedro Niemeyer de (orgs). Políticas Culturais e povos indígenas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. DO COUTO E SILVA, A. P. Elementos fonológicos morfossintáticos e sintáticos da língua Avá-Canoeiro do Tocantins. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Linguística -PPGL, Brasília, 2015. SILVA DA COSTA, L. Uma descrição gramatical da língua Xikrín do Cateté (família Jê, tronco Macro-Jê). Brasília, 2015. Tese (doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, 2015. SOLANO, E. de J. B. Descrição gramatical da língua Araweté. 2009. 519f. Tese (Doutorado em Linguística), sob a orientação de Ana Suelly Cabral, Universidade de Brasília, 2009.	
COMPONENTE CURRICULAR:	LÍNGUA MATERNA II	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	100H	120H

EMENTA:		Práticas sociais de letramento em língua indígena. Atualização de gêneros textuais para atender às demandas sociocomunicativas contemporâneas da própria comunidade e do contato com a sociedade não indígenas. Produção textual na língua materna para a valorização, fortalecimento e retomada de saberes tradicionais.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BÁSICA		BORTONI-RICARDO, S. M. <i>Educação em língua materna – a Sociolinguística na sala de aula</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. D’ANGELIS, W. da R. <i>Aprisionando Sonhos: a educação escolar indígena no Brasil</i> . Campinas: Curt Nimuendajú, 2012. FREIRE, P. <i>A importância do ato de ler: em três artigos que se completam</i> . 23. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1989. KLEIMAN, A. “Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar” . <i>Perspectiva</i> , Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 375-400, jul./dez. 2010. LINS JR., J. R. F.; MORAES, R. Produção escrita e letramentos acadêmicos: o diário de leitura e a profissionalização de professores de língua inglesa . <i>Revista Linguagem em Foco</i> , Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 52-74, 2023. MARINHO, M. A escrita nas práticas de letramento acadêmico . <i>Revista Brasileira de Linguística Aplicada</i> , 10(2), 363-386, 2010. PIMENTEL DA SILVA, M. do S. Letramentos bilíngue em contextos de tradição oral . Goiânia: PROLIND; FUNAPE, 2021, 116 p	
COMPLEMENTAR		DO COUTO E SILVA, A. P. Elementos fonológicos, morfossintáticos e sintáticos da língua Avá-Canoeiro do Tocantins . Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Linguística -PPGL, Brasília, 2015. PARAKANA, Tarana. ; TAVARES, Q. S. Awaeté-Parakanã: Awaeté Xe'enga, imopinimawaranga . Brasília: Revista Brasileira de Linguística Antropológica, 2024. (Tradução/Artigo). SILVA DA COSTA, L. Uma Descrição Gramatical da Língua Xikrín do Cateté (Família Jê, Tronco Macro-Jê). Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística -PPGL, Brasília, 2015.	
COMPONENTE CURRICULAR:		LÍNGUA MATERNA III	
III CICLO		Carga Horária	
		CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
		100H	120H
EMENTA:		Escrita e oralidade. Variação linguística. Morfologia e sintaxe da língua indígena a partir de textos contextualizados. Estudo das classes de palavras, estratégias de formação de palavras e ensino de língua indígena como L1 ou L2.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BÁSICA		HAGÈGE, C. Não à morte das línguas . Lisboa: Instituto Piaget, 2000. HAUGEN, E. Dialeto, língua, nação . In: Bagno, Marcos (org.). <i>Norma linguística</i> . São Paulo: Edições Loyola, 2001, p.97-114.	

	MAHER, T. M. Sendo Índio em Português. In: SIGNORINI, I. (org.). Lingua(gem) e Identidade : elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado das Letras, 1998, p.115-138. MOLICA, M. C. & BRAGA, M. L. Introdução à sociolinguística : o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004.	
COMPLEMENTAR	DO COUTO E SILVA, A P. Elementos fonológicos, morfossintáticos e sintáticos da língua Avá-Canoeiro do Tocantins . Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Linguística -PPGL, Brasília, 2015. LOPES, J. D. Uma interface da documentação linguística e modelos lexicográficos para línguas indígenas brasileiras : uma proposta para o Suruí-Aikewára. Tese (Doutorado em linguística), sob orientação de Ana Suely Cabral, Universidade de Brasília, 2014. SILVA DA COSTA, L. Uma Descrição Gramatical da Língua Xikrín do Cateté (Família Jê, Tronco Macro-Jê). Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística -PPGL, Brasília, 2015. SOLANO, E. de J. B. Descrição gramatical da língua Araweté . Tese (Doutorado em Linguística), sob a orientação de Ana Suely Cabral, Universidade de Brasília, 2009.	
COMPONENTE CURRICULAR:	LÍNGUA PORTUGUESA I	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	100H	120H
EMENTA:	Importância da Língua Portuguesa como L2 para os povos indígenas. Aprender a aprender segunda língua considerando as tecnologias digitais como recurso de aprendizado. Prática de compreensão e produção oral em língua portuguesa: conversação. Prática de compreensão leitora: gêneros literários narrativos e não literários. Prática de compreensão e produção escrita em português. Linguagem formal e informal no contexto sociocomunicativo contemporâneo.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	HANKS, W. F. A língua como prática social: das relações entre língua cultura e sociedades a partir de Bourdieu e Bakhtin . São Paulo: Cortez, 2008. MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação . In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, v. 1, p. 17 - 31. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008. RIBEIRO, Ana Elisa. Multimodalidade, textos e tecnologias : provocações para a sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2021. NONATO, Lima Mayane. Princípios da educação escolar indígena no projeto político pedagógico das escolas aweteparakanã no município de novo repartimento-pa . disponível em: repositorio.unifesp.br acesso em 10/02/2024	
COMPLEMENTAR	OLIVEIRA, Gilvan Müller. perspectivas em política linguística . Campinas: IPOL/ALB/Mercado de Letras, 2013.	

COMPONENTE CURRICULAR:	LÍNGUA PORTUGUESA II	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	100H	120H
EMENTA:	Breve história da formação da língua portuguesa. Língua e Linguagem. Signos visuais e suas significações. Elementos da comunicação. Gêneros textuais orais e escritos: Estrutura propósito comunicativo e práticas sociais. Fonética e fonologia da Língua Portuguesa. Vocabulário: aspectos semânticos e estilísticos. Verbetes. Gramática básica: conjugação verbal, tempos verbais simples, substantivos, adjetivos e pronomes. Prática de compreensão oral, leitora e escrita considerando também o acesso à cultura digital. Tipologia textual: narrativo, descritivo, expositivo, instrutivo e argumentativo. Gêneros orais: contação de histórias, debate, palestras, seminários. Prática de compreensão leitora: Gêneros literários e não literários. Prática de compreensão e produção escrita em português. Compreensão e produção de textos acadêmicos com foco no letramento escolar: resumo, redação, relatório, seminários, entre outros.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ANTUNES, Irandé. 1937- Língua, texto E ensino: outra escola possível / Irandé Antunes. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. CALVET, L-J. Tradição oral e tradição escrita. Trad. Waldemar Ferreira Netto e Maressa de Freitas Vieira. São Paulo: Parábola, 2011. KLEIMAN, A. Texto & leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1989. MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, v. 1, p. 17 - 31. KLEIMAN, Ângela (org). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras,1995. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. RODRIGUES, A. D. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.	
COMPLEMENTAR	NUNES, José Horta. História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro / José Horta Nunes, Margarida Petter. – São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002.	
COMPONENTE CURRICULAR:	LÍNGUA PORTUGUESA III	
III CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	100H	120H

EMENTA:		Concepção de letramento, cultura e identidade. Letramento bilíngue, digital, escolar e intercultural. Introdução à tradutologia: Tradução das narrativas orais com foco no letramento bilíngue. Metodologia da pesquisa. Compreensão e produção de textos acadêmicos com foco no letramento escolar: resumo, redação, relatório, seminários, entre outros.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BÁSICA		CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção . In.: Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. V. 4. Brasília, 2002. Formação de professores indígenas: repensando trajetórias / Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006 <i>Language Planning</i> : Capítulo 05 do livro The Green Book of Language Revitalization , de Leanne Hinton e Ken Hale, publicado nos Estados Unidos <i>pela Academic Press</i> , San Diego, California, em 2001. Traduzido [em 2018] por Lucivaldo Silva da Costa, linguista, professor da ICH/Faculdade de Educação do Campo - Unifesspa (Universidade Federal do Sul e sudeste do Pará, PA). PIMENTEL, Maria. Letramento Bilíngue em contextos de tradição oral - Goiânia: PROLIND; FUNAPE,2012.	
COMPLEMENTAR		SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros . Belo Horizonte: Autêntica, 2002. SUPAHAN, Terry; SUPAHAN, Sarah E. Teaching well, Learning Quickly: Communication-Based Language Instruction. In: HINTON, Leanne; HALE, Ken (org.). The Green Book of Language Revitalization . San Diego, Califórnia: Academic Press, 2001.Tradução livre de Lucivaldo Silva da Costa. 2020.	
COMPONENTE CURRICULAR:		ARTE, EDUCAÇÃO E LUDICIDADE	
I CICLO		Carga Horária	
		CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
		50H	60H
EMENTA:		Arte e educação que consideram a cultura dos povos indígenas, fazendo uso da ludicidade como ferramenta de aprendizado. As linguagens artísticas na escola e na cultura e sua importância para a ampliação da sensibilidade estética e da expressão humana. A arte e sua história, contextualização, apreciação e produção artística. As artes indígenas como identidade cultural em diferentes povos e a compreensão do fazer artístico de modo natural na cultura indígena, nas relações cosmológicas e suas funções na sociedade.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BÁSICA		FEIST, Hildegard. Arte indígena . Moderna. 1 ed. 1998. MARTINS, Alberto; KOK, Glória. Artes Indígenas: Roteiros visuais no Brasil . 1 ed. Claro Enigma. 2014. CESARINO, Pedro. Histórias indígenas dos tempos antigos .1 ed. Claro enigma. 2015. MACEDO, Valéria. Aldeias, palavras e mundos indígenas . 1ed. Companhia das letrinhas. 2019.JECUPÉ, Kaká Werá. A Terra dos mil povos . 1ed. Peirópolis. 2020.	

	MESQUITA, André; ANTÓN, Kátia Garcia. Histórias indígenas: antologia. 1ed. MASP. 2023. MUNDURUKU, Daniel. Crônicas indígenas para rir e refletir na escola. 1ed. Moderna. 2021. FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. 1ed. Contexto. 2010. LAGROU, Els. Arte indígena no Brasil. 1 ed. C/ arte. 2013. VIDAL, Lux. Grafismo indígena: estudos de antropologia estética. São Paulo: EDUSP, 1992.	
COMPLEMENTAR	GOMBRICH, E. H. A história da arte. 16. LTC. 2000. TUFANO, Douglas. Douglas Tufano. Douglas Tufano. Almanaque da História da arte no Brasil. 2. Moderna. 2022. AUGUSTIN, Marion; HELTZ, Bruno. História da arte em quadrinhos. 1. L&PM Editora. 2023. RICALDES, João. História da arte em 200 Obras. 1. João Ricaldes. 2021. DANTO, Arthur. O que é a arte. Relicário. 2020. HODGE, Susie. Breve história da arte. 1. Olhares. 2021. HODGE, Susie. Breve história das artistas mulheres. 1. Olhares. 2022. COLI, Jorge. O que é arte. 1. Brasiliense. 1995. DANTO, Arthur C.. O abuso da beleza. 1. WMF Martins Fontes. 2015. KLEIN, Jacky; KLEIN, Suzy. O que é arte contemporânea?. 1. Claro Enigma. 2019. GOMPERTZ, Will. Isso é Arte?. 1. Zahar. 2013. FARTHING, Stephen. Tudo sobre arte. 1. Editora Sextante. 2018. FUSARI, Maria F. de Rezende e FERRAZ, Maria Heloisa C. de T. Arte na Educação Escolar. São Paulo, Cortez, 1992.	
COMPONENTE CURRICULAR	EDUCAÇÃO FÍSICA: CORPO E CORPOREIDADE	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50H	60H
EMENTA:	Movimento e expressão corporal na história, na cultura e na sociedade; Corpo, consciência corporal e corporeidade. Ornamentos, adornos, pinturas faciais e corporais. O corpo como comunicação, identidade e linguagem. Danças, músicas e rituais indígenas e o diálogo com a cultura hegemônica; Jogos e brincadeiras: relações cosmológicas e suas funções no contexto social da comunidade e em comparação com outros povos. Manutenção e transmissão de saberes e práticas corporais indígenas; Confecção e exposição de artefatos, brinquedos e adereços corporais.	
	REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA	
BÁSICA	ARAÚJO, D. S. M. S. de. Corpo e movimento na educação. v.1: Fundamentos históricos, socioculturais e políticos. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007.194p. FRANCO, M. A.; SURDI, A. C.; SOUSA JUNIOR, A. F de; BEZERRA, J. C.; PINTO, J. C. B. de L. Corpo, Cultura e Educação Física. 1.ed. Natal: EDUFRRN, 2022. 339 p. v. 4.	

	GALVÃO, S. de C. A corporalidade dos povos indígenas na construção de sua organização social e cosmologia com relação à interação entre o mundo físico e espiritual. Revista Avesso: Pensamento, Memória e Sociedade, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021. DOI: 10.23925/2675-8253.2020v1liA6. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/avesso/article/view/51472>. Acesso em: 5 jun. 2024. GRANDO, B. S. Jogos e culturas indígenas: possibilidades para uma educação intercultural na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010. 171p. LIMA, R. R. de. Diálogo entre os saberes tradicionais indígenas e a psicologia analítica: esboço para um reencantamento do mundo. Junguiana, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 125-138, jun. 2022. MULLER, R. A. P. Ritual e performance nas artes indígenas. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento, [S. l.], n. supl.7, p. 69–75, 2008.	
COMPLEMENTAR	ALVES, L. C.; ROCHA, J. D. T. Corpos que falam em silêncio: escola, corpo e cultura indígena Akwẽ – Xerente aldeia Rio Sono. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v.7, n.13, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3246> Acesso em: 20 jun. 2024. PEREIRA, A. S. M. Sobre etnicidade na educação: saberes e corporeidade no ritual do Torém na Escola Indígena Diferenciada Maria Venâncio. INTERFACES DA EDUCAÇÃO, [S. l.], v. 12, n. 35, p. 324–346, 2021. CASTRO, E. de (org.). Artefatos e matérias-primas dos povos indígenas do Oiapoque / Iepé e Museu Kuahí. 1. ed. São Paulo: IEPE – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2013. 189p. FASSHEBER, J. R. M. Etno-Desporto indígena: contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang. 2006. 170f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2006	
COMPONENTE CURRICULAR:	LIBRAS: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA LIBRAS EM CONTEXTOS CULTURAIS INDÍGENAS	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50H	60H
EMENTA:	Diversidade linguístico-cultural: a Libras e as línguas de sinais brasileiras. Alfabeto Manual e Numerais, Saudações, Expressões faciais e corporais da Libras, Sinais relacionados à Natureza e ao Contexto(s) Indígena(s), Classificadores, Parâmetros da Libras, Verbos, Adjetivos, Conversação. Educação Escolar Indígena e a inclusão de Indígenas Surdos. O papel do professor regente e do tradutor e intérprete de línguas indígenas de sinais.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkiria D.. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de sinais Brasileira . vol. 1, Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2001.	

	GARCIA, Gabriella Vanessa Gonçalves da Silva et al. Levantamento das línguas de sinais indígenas já catalogadas no Brasil. 2024. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torna da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Editora ArtMed. 2004. SKLIAR, Carlos,B. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.	
COMPLEMENTAR	BRASIL. Ministério da Educação. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais. Brasília, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2005. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. FELIPE, Tanya A. Libras em Contexto: curso básico: livro do estudante. 8ª.edição. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e Editora, 2007. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019. MUSSATO, Michelle Sousa. O que é ser índio sendo surdo? um olhar transdisciplinar. 2021. STROBEL, Karin. As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda. Florianópolis: UFSC,2008. VILHALVA, Shirley; ARAUJO, Bruno Roberto Nantes. Educação de indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais. LínguaTec, v. 7, n. 1, p. 348-359, 2022.	
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		
COMPONENTE CURRICULAR:	MATEMÁTICA: ETNOMATEMÁTICA INDÍGENA I	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	100H	120H
EMENTA:	Cultura, conhecimentos, etnomatemática e concepções numéricas. Relações Aritméticas: a contagem, a classificação e a ordenação das quantidades. A compreensão e a diferenciação entre: valor, quantidade e número, para resolução de problemas da vida cotidiana. Representações simbólicas das quantidades e da unidade, como elemento ou como conjunto (Números Naturais, Inteiros, Racionais e Irracionais). Estudo das operações fundamentais, suas aplicações, Relações algébricas, Propriedades das operações fundamentais (ordenação, comparação, localização na reta numérica e operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Resolução de problemas da vida cotidiana. Equações polinomiais do 1º grau e 2º grau.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ASSIMOV, Issac. No mundo dos números . Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1986.	

	BAYER, Carl. História da Matemática, São Paulo, Edgard Blucheer, 1974. DANTE, Luiz Roberto. Didática da Resolução de Problemas de Matemática. 4ª Ed. São Paul: Ática, 1992. IEZZI, Gelson; Dolce, Osvaldo; Perigo, Roberto e Almeida, de Nilze. Matemática Ciência e Aplicações. São Paulo, Atual Editora, 2007. TOLEDO, Marília; TOLED, Mauro. Teoria e Prática do Ensino da matemática. Editora FTD. 2010.	
COMPLEMENTAR	BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. DOLCE, O. POMPEO, J.N. Fundamentos de Matemática Elementar: volume 9. Atual. 2007. DOLCE, O. POMPEO, J.N. Fundamentos de Matemática Elementar: volume 10. Atual. 2007. LAGES, Elon Lima. Medida e Forma em Geometria. Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira de Matemática, 1991. PRETTO, Nelson de Lima. A ciência nos livros didáticos. Salvador: UFB, 1985. SILVA, Cláudio X.da & Louzada, Fernando M. Medir é Comparar. São Paulo: Àtica, 2001	
COMPONENTE CURRICULAR:	MATEMÁTICA: ETNOMATEMÁTICA INDÍGENA II	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio) 100H	CHA (Carga Horária Aula) 120H
EMENTA:	Representações geométricas. Retas, segmentos de retas e semirretas. Classificação das formas geométricas. Polígonos regulares e suas propriedades. Relações trigonométricas. Relação das formas e propriedades geométricas para resolução de problemas da vida cotidiana. Figuras Geométricas Planas e Espaciais (identificação e elementos). Área de figuras planas (polígonos regulares e círculos). Volume de figuras espaciais regulares. Medidas de Comprimento, Massa e Capacidade. Proporcionalidade. Regra de três. Probabilidade Simples.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ALMEIDA, Manoel de Campos. Origens da Matemática. Curitiba, Editora Champagnat, 1998. ASSIMOV, Issac. No mundo dos números. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. BAYER, Carl. História da Matemática, São Paulo, Edgard Blucheer, 1974. DANTE, Luiz Roberto. Didática da Resolução de Problemas de Matemática. 4ª Ed. São Paul: Ática, 1992. IEZZI, Gelson; Dolce, Osvaldo; Perigo, Roberto e Almeida, de Nilze. Matemática Ciência e Aplicações. São Paulo, Atual Editora, 2007. TOLEDO, Marília; TOLED, Mauro. Teoria e Prática do Ensino da matemática. Editora FTD. 2010.	
COMPLEMENTAR	BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.	

	DOLCE, O. POMPEO, J.N. Fundamentos de Matemática Elementar : volume 9. Atual. 2007. DOLCE, O. POMPEO, J.N. Fundamentos de Matemática Elementar : volume 10. Atual. 2007. LAGES, Elon Lima. Medida e Forma em Geometria . Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira de Matemática, 1991. PRETTO, Nelson de Lima. A ciência nos livros didáticos . Salvador: UFB, 1985. SILVA, Cláudio X. da & Louzada, Fernando M. Medir é Comparar . São Paulo: Ática, 2001	
COMPONENTE CURRICULAR:	ETNOMATEMÁTICA INDÍGENA III	
III CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	100H	120H
EMENTA:	Expressões algébricas a partir de equações polinomiais. Equações irracionais. Inequações algébricas. Localização de objetos e pessoas no espaço e no plano cartesiano. Relações e funções. Progressão aritmética e geométrica. Leitura, coleta, classificação, interpretação e representação de dados em tabelas e em gráficos. Resolução de problemas da vida cotidiana. História da Matemática. O ensino da Etnomatemática no Brasil. A matemática nos diversos campos da atividade humana e sua função social. O desenvolvimento do pensamento lógico-matemático. Cognição matemática Parakanã. Estudo de conteúdos e prática do ensino de Matemática de 1ª ao 5ª ano. Produção, análise e uso de recursos didáticos na área de Matemática.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ASSIMOV, Issac. No mundo dos números . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais . Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. CAVALCANTE, P. I. L. Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia . Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a03.pdf > Acessado em: 08/02/2007. APPLE, Michael W. Ideologia e currículo . São Paulo: Brasiliense, 1982. ASTOLFI, Jean; DEVELAY, Michel. A didática das ciências . 4. ed. Campinas: Papirus, 1995. DANTE, Luiz Roberto. Didática da Resolução de Problemas de Matemática , 4ª Ed. São Paul: Ática, 1992. GALLOIS, T. D. Reivindicações indígenas versus modelo de escolas : In: SILVA, L. A. e FERREIRA, L.K.M. (org). Práticas Pedagógicas na Escola Indígenas . São Paulo. p. 25 – 46. GRUMPIONE, L. D. B, (2001). Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil . In: SILVA, L. A.; GRUPIONI, L. D. B. (org). A Temática Indígena Na Escola . Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: 2004, p. 481 – 525. IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, Davi; PERIGO, Roberto; ALMEIDA, Nilze de. Matemática: ciências e aplicação , volume 1: ensino médio. 7 ed. São Paulo: Saraiva. 2013.	

	IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, Davi; PERIGO, Roberto; ALMEIDA, Nilze de. Matemática: ciências e aplicação, volume 2: ensino médio. 7 ed. São Paulo: Saraiva. 2013. Lisboa, Josiane Mostasso; LUCINO, Micheli Aparecida. A importância da teoria e prática nas aulas de matemática, IVAIPORÃ, 2015. Acesso: http://www.univale.com.br/unisite/documentos/publicacoes/A-Importancia-da-Teoria-e-Pratica-nas-Aulas-de-Matematica-Josiane-e-Micheli.pdf TOLEDO, Marília; TOLED, Mauro. Teoria e Prática do Ensino da matemática, Editora FTD, 2010.	
COMPLEMENTAR	BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. DOLCE, O. POMPEO, J.N. Fundamentos de Matemática Elementar: volume 9. Atual. 2007. DOLCE, O. POMPEO, J.N. Fundamentos de Matemática Elementar: volume 10. Atual. 2007. IEZZI, Gelson; Dolce, Osvaldo; Perigo, Roberto e Almeida, de Nilze. Matemática Ciência e Aplicações. São Paulo, Atual Editora, 2007. GRUMPIONE, L. D. B, (2001). Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, L. A.; GRUPIONI, L. D. B. (org). A Temática Indígena Na Escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: 2004, p. 481 – 525. MENEZES, Luiz Carlos de. (org.) Formação continuada de professores de Ciências no contexto ibero-americano. Campinas: Coleção formação de professores, 1996 PIMENTA, S. G. (coord.) et al. Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez Editora, 1998. GIL-PEREZ, Daniel; CARVALHO, Anna M.P. Formação de professores de ciências. São Paulo: Cortez, 1993	
CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS		
COMPONENTE CURRICULAR:	BIOLOGIA-CIÊNCIAS NATURAIS E ETNOCIÊNCIAS I	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio) 50H	CHA (Carga Horária Aula) 60H
EMENTA:	História das ciências e etnociências, surgimento e a constituição das diferentes áreas do conhecimento. A epistemologia da ciência. Etnociências. Características gerais dos seres vivos. Principais ramos da biologia. A química das células e alimentos do cotidiano. Características gerais da célula. Estrutura e organização celular. Divisão Celular. Fotossíntese. Quimiossíntese. Respiração. Fermentação. Morfologia e Fisiologia humana. Sistema reprodutor e sexualidade indígena. Gametogênese. Fecundação. Fases do desenvolvimento embrionário e anexos embrionários.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	AMABIS, J.M.; MARTHO, G. R. Biologia Moderna . V. 1, 2, 3. Ensino Médio. São Paulo: Moderna, 2016.	

	AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. Fundamentos de Biologia Moderna . 4.ed. Volume único. São Paulo: Moderna, 2006. GODOY, Leandro Pereira de. Multiversos: Ciências da Natureza: ciências, tecnologia e cidadania . Ensino Médio- 1 ed.- São Paulo: FTD, 2020. LINHARES, S.; GEWANDSZNAJDER, F. Biologia . 1.ed. Volume único. São Paulo: Ática, 2007.	
COMPLEMENTAR	LOPES, S.; ROSSO, S. Bio . 3.ed. Volume único. São Paulo: Saraiva, 2013. MILLER, G. T.; SPOOLMAN, S. Ecologia e sustentabilidade . São Paulo: Cengage Learning, 2012. RICKLEFS, R.; RELYEA, R. A Economia da Natureza . 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.	
COMPONENTE CURRICULAR:	FÍSICA-CIÊNCIAS NATURAIS E ETNOCIÊNCIAS I	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50H	60H
EMENTA:	Introdução ao estudo da Física. Cinemática. Estudo dos vetores. Estudo do movimento. Movimentos retilíneos. Movimento retilíneo uniformemente variado (MRUV). Movimento sob a ação da gravidade. Movimento circular uniforme. Dinâmica. Grandezas Escalares e Vetoriais. Trabalho e Energia Mecânica. Quantidade de Movimento. Gravitação Universal. Sistemas planetários. Leis de Kepler. Lei da Gravitação Universal. Hidrostática. Pressão média, pressão atmosférica e pressão em líquidos. Princípio de Pascal. Vasos comunicantes. Empuxo. Princípio de Arquimedes. Hidrodinâmica. Tipos de escoamento. Vazão. Equação da continuidade. Equação de Bernoulli.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ALVARENGA, B. Alvares e MÁXIMO, A. R. da Luz. Física: Volume Único para o Ensino Médio . Editora Scipione: São Paulo, 2003 (Coleção de olho no mundo do trabalho). GASPAR, Alberto. Física: Mecânica volume 1 . 1ª ed. – São Paulo/SP: Editora Ática. 2001. PARANÁ, Djalma Nunes Silva. Série Novo Ensino Médio: Física volume único . – 6ª ed.- São Paulo/SP: Editora Ática, 2003. RAMALHO JUNIOR, Francisco; NICOLAU, Gilberto Ferraro; TOLETO, Paulo Antônio Soares. Os fundamentos da Física 1: Mecânica . 9ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2007.	
COMPLEMENTAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias . Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999. VALADARES, Eduardo de Campos. Física mais que divertida: inventos eletrizantes baseados em materiais reciclados e de baixo custo . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.	

	GREF, Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física 1: Mecânica / GREF. – 3ª ed. – São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo (edusp). 1998.	
COMPONENTE CURRICULAR:	QUÍMICA-CIÊNCIAS NATURAIS E ETNOCIÊNCIAS I	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50H	60H
EMENTA:	Introdução ao estudo da Química. Matéria e energia. Elementos, compostos e misturas. Reações químicas (Identificar reagente e produto). Balanceamento. Estudo do átomo, modelos atômicos e características do átomo. Tabela Periódica e propriedades. Ligações Químicas. Funções Inorgânicas. Gases. Mol e massas. Estequiometria e equações químicas. Soluções. Propriedades Coligativas. Cinética Química. Termoquímica. Equilíbrio químico. Reações de oxirredução. Eletroquímica.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	FONSECA, Martha Reis Marques da. Química (Ensino Médio) , vol. 2. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2014. PACHECO, Jailson Rodrigo. Positivo Química , vol. 2. 1ª edição. Lisboa: Positivo-didáticos, 2013. RUSSELL, J. B, " Química Geral 1 ", McGraw-Hill, São Paulo, 1980;	
COMPLEMENTAR	ATKINS, Peter; JONES, Loretta; LAVERMAN, Leroy. Princípios de Química-: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente . Bookman Editora, 2018. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999. PERUZO, F.M; CANTO, E.L. Química na Abordagem do Cotidiano . 4º vol. – São Paulo. Moderna 2011. Obra em três volumes: Vol 1 Química Geral e Inorgânica; Vol 2 Físico-Química; Vol 3 Química Orgânica PERUZZO, Francisco Miragaia; CANTO, Eduardo Leite do. Química na Abordagem do Cotidiano , vol. 2. 4ª edição. São Paulo: Moderna, 2010.	
COMPONENTE CURRICULAR:	BIOLOGIA-CIÊNCIAS NATURAIS E ETNOCIÊNCIAS II	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50H	60H

EMENTA:	Aspectos gerais sobre Microbiologia e Parasitologia. Aspectos gerais de Etonobotânica e fisiologia vegetal. Conceitos e teorias da ecologia no estudo do comportamento humano em populações indígenas. Ecossistemas. Biomas Brasileiros. Impactos ambientais. Genética e patrimônio genético relacionado a conhecimento indígena. Aspectos gerais da Teoria da Evolução. O ensino de Ciências no Brasil. Natureza do Conhecimento científico. O conhecimento empírico e o conhecimento científico. Ciências e ambiente natural. Ecologia. Tecnologia e Cidadania. Etnociências. Estudo dos fenômenos biológicos e sua importância para o ensino de Ciências na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e na Educação de Jovens e Adultos. Estudo de conteúdos e prática do ensino de ciências no ensino fundamental I. Produção, análise e uso de recursos didáticos na área de Ciências.
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	
BÁSICA	AMABIS, J.M.; MARTHO, G. R. Biologia Moderna. V. 1, 2, 3. Ensino Médio. São Paulo: Moderna, 2016. AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. Fundamentos de Biologia Moderna. 4.ed. Volume único. São Paulo: Moderna, 2006. GIL-PEREZ, Daniel; CARVALHO, Anna M.P. Formação de professores de ciências. São Paulo: Cortez, 1993. GODOY, Leandro Pereira de. Multiversos: Ciências da Natureza: ciências, tecnologia e cidadania. Ensino Médio- 1 ed.- São Paulo: FTD, 2020. GRUMPIONE, L. D. B, (2001). Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, L. A.; GRUPIONI, L. D. B. (org). A Temática Indígena Na Escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: 2004, p. 481 – 525. KNELLER, G.G. A ciência como atividade humana. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. LINHARES, S.; GEWANDSZNAJDER, F. Biologia. 1.ed. Volume único. São Paulo: Ática, 2007. MENEZES, Luiz Carlos de. (org.) Formação continuada de professores de Ciências no contexto ibero-americano. Campinas: Coleção formação de professores, 1996.
COMPLEMENTAR	LOPES, S.; ROSSO, S. Bio. 3.ed. Volume único. São Paulo: Saraiva, 2013. MILLER, G. T.; SPOOLMAN, S. Ecologia e sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Prefeitura Municipal de São Paul/Secretaria Municipal de Educação. Movimento Reorientação Curricular, Ciências. Visão da Área. Doc. 5. 1992. RICKLEFS, R.; RELYEA, R. A Economia da Natureza. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. RODRIGUES, N. Da mistificação da escola à escola necessária. Polêmicas do nosso tempo (24). São Paulo, Cortez / Autores Associados, 1987.
COMPONENTE CURRICULAR:	FÍSICA: CIÊNCIAS NATURAIS E ETNOCIÊNCIAS II
III CICLO	Carga Horária
	CHR (Carga Horária Relógio) CHA (Carga Horária Aula)

	50H	60H
EMENTA:	Introdução ao estudo da Física. Cinemática. Estudo dos vetores. Estudo do movimento. Movimentos retilíneos. Movimento retilíneo uniformemente variado (MRUV). Movimento sob a ação da gravidade. Movimento circular uniforme. Dinâmica. Grandezas Escalares e Vetoriais. Trabalho e Energia Mecânica. Quantidade de Movimento. Gravitação Universal. Sistemas planetários. Leis de Kepler. Lei da Gravitação Universal. Hidrostática. Pressão média, pressão atmosférica e pressão em líquidos. Princípio de Pascal. Vasos comunicantes. Empuxo. Princípio de Arquimedes. Hidrodinâmica. Tipos de escoamento. Vazão. Equação da continuidade. Equação de Bernoulli. Terminologia. Temperatura e Escalas Termométricas. Quantidade de Calor. Propagação e trocas de calor. Eletrostática. Carga elétrica, Força Elétrica, Campo Elétrico, Potencial Elétrico etc. Eletrodinâmica. Intensidade de Corrente, Diferença de Potencial. As leis de Ohm. Noções básicas de eletromagnetismo. A física nos fenômenos naturais e nos processos de transformação presentes nas rotinas diárias da aldeia	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ALVARENGA, B. Alvares e MÁXIMO, A. R. da Luz. Física: Volume Único para o Ensino Médio . Editora Scipione: São Paulo, 2003 (Coleção de olho no mundo do trabalho). GASPAR, Alberto. Física: Mecânica volume 1 . 1ª ed. – São Paulo/SP: Editora Ática. 2001. PARANÁ, Djalma Nunes Silva. Série Novo Ensino Médio: Física volume único . – 6ª ed.- São Paulo/SP: Editora Ática, 2003. RAMALHO JUNIOR, Francisco; NICOLAU, Gilberto Ferraro; TOLETO, Paulo Antônio Soares. Os fundamentos da Física 1: Mecânica . 9ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2007.	
COMPLEMENTAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias . Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999. VALADARES, Eduardo de Campos. Física mais que divertida: inventos eletrizantes baseados em materiais reciclados e de baixo custo . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. GREF, Grupo de Reelaboração do Ensino de Física. Física 1: Mecânica / GREF. – 3ª ed. – São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo (edusp). 1998.	
COMPONENTE CURRICULAR	QUÍMICA: CIÊNCIAS NATURAIS E ETNOCIÊNCIAS II	
III CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50H	60H
EMENTA	Introdução ao estudo da Química. Matéria e energia. Elementos, compostos e misturas. Reações químicas (Identificar reagente e produto). Balanceamento. Estudo do átomo, modelos atômicos e características do átomo. Tabela Periódica e propriedades. Ligações Químicas. Funções Inorgânicas. Gases. Mol e massas. Estequiometria e equações químicas. Soluções. Propriedades Coligativas. Cinética Química. Termoquímica. Equilíbrio químico. Reações de oxi-redução. Eletroquímica. Química Orgânica. Características do Carbono, tipos de ligações. Características das cadeias carbônicas. Propriedades, características e nomenclatura de Alcanos, Alcenos e Alcinos. Propriedades, características e	

	nomenclatura de Funções Orgânicas Oxigenadas e Nitrogenadas Propriedades, características e nomenclatura de Isomeria plana e espacial. Reações Orgânicas. Estudo da hidrosfera: ocorrência, poluição, tratamento e preservação da água. Recursos da litosfera e da atmosfera.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	FONSECA, Martha Reis Marques da. Química (Ensino Médio), vol. 2. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2014. PACHECO, Jaílson Rodrigo. Positivo Química, vol. 2. 1ª edição Lisboa: Positivo-didáticos, 2013. RUSSELL, J. B. " Química Geral 1 ", McGraw-Hill, São Paulo, 1980; SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química orgânica. 7a edição. Rio de Janeiro: LTC, 2001.	
COMPLEMENTAR	ATKINS, Peter; JONES, Loretta; LAVERMAN, Leroy. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente. Bookman Editora, 2018. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999. PERUZO, F.M; CANTO, E.L. Química na Abordagem do Cotidiano. 4º vol. – São Paulo. Moderna 2011. Obra em três volumes: Vol 1 Química Geral e Inorgânica; Vol 2 Físico-Química; Vol 3 Química Orgânica PERUZZO, Francisco Miragaia; CANTO, Eduardo Leite do. Química na Abordagem do Cotidiano, vol. 2. 4ª edição. São Paulo: Moderna, 2010.	
COMPONENTE CURRICULAR:	TEORIA E PRÁTICA DE CIÊNCIAS NATURAIS E ETNOCIÊNCIAS	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio) 60H	CHA (Carga Horária Aula) 72H
EMENTA	Prática Docente no ensino de Ciências nas comunidades indígenas. Natureza do Conhecimento científico. O conhecimento empírico e o conhecimento científico. Ciências e ambiente natural. Ecologia. Tecnologia e Cidadania. Etnociências. Estudo dos fenômenos biológicos, físicos e químicos e sua importância para o ensino de Ciências na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e na Educação de Jovens e Adultos. Estudo de conteúdos e prática do ensino de ciências no ensino fundamental I. Produção, análise e uso de recursos didáticos na área de Ciências.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	MENEZES, Luiz Carlos de. (org.) Formação continuada de professores de Ciências no contexto ibero-americano. Campinas: Coleção formação de professores, 1996. GRUMPIONE, L. D. B. (2001). Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, L. A.; GRUPIONI, L. D. B. (org). A Temática Indígena Na Escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: 2004, p. 481 – 525. GIL-PEREZ, Daniel; CARVALHO, Anna M.P. Formação de professores de ciências. São Paulo: Cortez, 1993. KNELLER, G.G. A ciência como atividade humana. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.	

COMPLEMENTAR		Prefeitura Municipal de São Paul/Secretaria Municipal de Educação. Movimento Reorientação Curricular, Ciências. Visão da Área. Doc. 5. 1992. Rodrigues, N. Da mistificação da escola à escola necessária. Polêmicas do nosso tempo (24). São Paulo, Cortez / Autores Associados, 1987.	
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS			
COMPONENTE CURRICULAR:		GEOGRAFIA: ESPAÇOS E SOCIEDADES, CARTOGRAFIAS SOCIAIS E TERRITORIAIS	
I CICLO		Carga Horária	
		CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
		50H	60H
EMENTA:		A natureza, Espaço e suas representações; A população como elemento de transformação do espaço; Formação sócio-espacial da aldeia: Modo de produção e organização do espaço; Leitura da paisagem: a geografia da natureza (elementos da biosfera); Caracterização histórica: relações de trabalho; Caracterização das formas de uso da terra: Tipos de produção. Noções de representação do espaço. Cartografia social: reconhecer lugares de sociabilidade; de trabalho; de religião; de festas. A linguagem dos mapas; Os usos da cartografia. Cosmografia, usos de territórios e espaço geográfico.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BÁSICA		BECKER, B. K. Amazônia- Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. GONÇALVES, C.W.P. Amazônia, amazônias. São Paulo, Contexto, 2001. RIBEIRO, E.M. da S. ET AL. Os conflitos fundiários e o direito agrário paraense: O caso das impunidades e das reintegrações de posse no Estado do Pará – Terra do Meio, Anapu e Castelo dos Sonhos. São Paulo, 2009, PP. 1-22.	
COMPLEMENTAR		ABSABER, A. A Amazônia: do discurso à práxis. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1999. LENA, P. & OLIVEIRA, A. E. de (Orgs.). Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: MPEG, 1991. (Col. Eduardo Galvão). TRINDADE JÚNIOR, S.C. (Org.); ROCHA, Gilberto de Miranda (Org.). Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. 1. Ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.	
COMPONENTE CURRICULAR:		GEOGRAFIA: DIFERENTES USOS E DAS RELAÇÕES COM OS ESPAÇO	
II CICLO		Carga Horária	
		CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
		50H	60H
EMENTA:		A importância da geografia para a compreensão da relação entre os povos indígenas, o território e a natureza. 2- Formação territorial do Brasil e povos indígenas – as bases históricas da questão agrária. 3- Campesinato indígena, territorialidades e políticas públicas – conflitos e contradições. 4- A luta pela justiça ambiental e pela garantia dos direitos dos povos indígenas.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			

BÁSICA	ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. O espírito da floresta: A luta pelo nosso futuro. Tradução: Rosa Freire D'Aguiar. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. MOREIRA, Ruy. A Formação Espacial Brasileira: Contribuição Crítica Aos Fundamentos Da Geografia Do Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Consequência, 2020. MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018. PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana, 2002.	
COMPLEMENTAR	BARBOSA, J. DE M.; PREVE, D. R. . O direito dos povos indígenas à terra e justiça socioambiental. <i>Passagens: Revista Internacional De História Política E Cultura Jurídica</i>, 16(1), 111-129. 2024. DE SOUSA SILVA, L.; NASCIMENTO DOS SANTOS, L. A. Cartografia social: percepções territoriais e identidade étnica do povo Munduruku do Planalto em Santarém-Pará. <i>Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 59, p. 133–164, 2023. DOI: 10.62516/terra_livre.2022.2905.</i> MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentostekoha – Dourados/MS. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2015	
COMPONENTE CURRICULAR:	TEORIA E PRÁTICA DE GEOGRAFIA	
III CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	60h	72h

EMENTA:	Os conceitos estruturantes da Geografia: Espaço, Território, Lugar, Paisagem e Região, considerando diferentes visões de mundo, inclusive as cosmologias indígenas. A Geografia escolar e o papel do(a) professor(a) indígena na mediação de saberes escolares e saberes tradicionais. 3. Leitura e interpretação de mapas, imagens e representações espaciais como ferramentas pedagógicas. Práticas metodológicas e recursos didáticos no ensino de Geografia em contextos interculturais e bilíngues. Planejamento de sequências didáticas e elaboração de materiais pedagógicos adequados às realidades socioculturais dos povos indígenas. Análise das diretrizes curriculares para o ensino de Geografia na BNCC no sentido de construir o papel do(a) professor(a) indígena como mediador(a) de saberes e valorizador(a) das identidades socioculturais.
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	
BÁSICA	ALMEIDA. Rosângela D. de Almeida; PASSINI. Elza Y. O Espaço Geográfico: Ensino e Representação. São Paulo: Contexto, 1999. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. CARLOS. Ana Fani (org). A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GOULAR, Ligia Beatriz. Uma contribuição à reflexão do Ensino de Geografia: a noção da espacialidade e o estudo da natureza. Geografia Pesquisa e Prática Social. São Paulo: AGB: Marco Zero, 1990. COUTO, Mia. Cada Homem é uma Raça. São Paulo: Cia Das Letras, 2013. DARDEL, Eric. O Homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica. São Paulo; Perspectiva, 2011. NUNES, Flaviana Gasparotti (org,). Ensino de Geografia: Novos Olhares e Práticas. Dourados EdUFGD, 2011. RECLUS, Élisée. Escritos sobre Educação e Geografia. São Paulo: Terra Livre, 2014. RESENDE, Márcia M Spyer. O saber do aluno e o ensino da Geografia. In: Vesentini, José Willian (org). Geografia e ensino: textos críticos. São Paulo: Papirus, 1994. RICHTER, Denis. O mapa mental no Ensino de Geografia: concepções e propostas para o trabalho docente. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
COMPLEMENTAR	KIMURA, Shoko. Geografia no Ensino Básico: Questões e Propostas. São Paulo: Contento, 2014. PRO-POSIÇÕES. Dossiê: A educação pelas Imagens e suas geografias. Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação. Campinas: UNICAMP, Vol.20 no,3, Sept/Dec. 2009. TUAN, Yi - Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
COMPONENTE CURRICULAR:	HISTÓRIA: ETNOHISTÓRIA E MEMÓRIAS
I CICLO	Carga Horária

	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50H	60H
EMENTA:	O componente curricular busca problematizar: A memória já foi história ou a história é memória?; A história (historiografia) é a memória esfacelada, desencanto e retirada do ancestral na modernidade?; História-memória indígena no Vale do Tocantins-Araguaia; A produção da história nas relações de poder-saber.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	Nora, Pierre, & Aun Khoury, T. Y. (2012). ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES . <i>Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História</i> , 10. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101	
COMPLEMENTAR	LE GOFF, J. História e memória . 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. Oliveira, L. L. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje . In: Pesavento, S. J. (Org.). <i>História cultural: experiências de pesquisa</i> . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 65-81. KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami . Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.	
COMPONENTE CURRICULAR:	HISTÓRIA: ETNOHISTÓRIA, O FAZER HUMANO E FORMAÇÃO SOCIAL	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50H	60H
EMENTA:	Compreensão dos principais conceitos que envolvem a Ciência Histórica. Histórico de ocupação e (re)existência na aldeia e terra indígena. História decolonial: as resistências às invasões ao território indígena (história colonial ao tempo presente). História, memória, identidade e narrativas: os sujeitos históricos da Amazônia e do Brasil. O (re)exitir na Amazônia e no Tocantins. Reflexões sobre o marco temporal e políticas de mercantilização da natureza (drogas do sertão ao crédito de carbono).	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ALVES, Dysson Teles. O tempo dos régulos do Sertão: o contrabando de índios na Amazônia Portuguesa . Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Belém, PA. 2017. ARAUJO, Rodrigo Wienskoski. Awaeté, o povo de verdade: a transformação da territorialidade indígena parakanã . Português. 2021. 189 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. ARENZ, Karl Heinz. Lacaios ou líderes: os principais indígenas nos aldeamentos jesuítas da Amazônia portuguesa (século XVII) . In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves (orgs.). Novos olhares sobre a Amazônia colonial . 1.ed. Belém: Paka-Tatu, 2016. p.175-198.	

	ARNAUD, Expedito. Breve informação sobre os índios Asurini e Parakanan, Rio Tocantins, Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n.11, p. 1-22, jul. 1961. BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. BRITO, Ana Carolima; POZETTI, Waldir. Mercado de crédito de carbono na Amazônia e nas comunidades indígenas e tradicionais. Revista Percursos, v. 03, nº 41, Curitiba, 2021. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. COELHO, Mauro Cezar. Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016. FERNANDES, Fernando Roque. Cidadanização e etnogêneses no Brasil: apontamentos a uma reflexão sobre as emergências políticas e sociais dos povos indígenas na segunda metade do século XX. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol 31, p. 71-88, janeiro-abril, 2018. FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Barragem inunda a terra dos Parakanã. Revista de Atualidade Indígena, Brasília, n. 12, p. 17-27, set./out., 1978. KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de Sousa. O sistema e o antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo. São Paulo: Autêntica, 2021. LE GOFF, Jacques. História e Memória. tradução Bernardo Leitão [et al] - Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990. VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das letras, 1995.	
COMPLEMENTAR	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A (ELETRONORTE). Podemos dizer que estamos no mundo! E dizemos: existimos como Awaete Parakanã. ENERGIA ATIVA, Brasília v.30, n.217, p.20-22, 2007. FAUSTO, C. A dialética da predação e familiarização entre os Parakanã da Amazônia Oriental: por uma teoria da guerra ameríndia. 1997. 373 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. PARAKANÃ, Tarana; TAVARES; Quélvia Sousa. Waeté-Parakanã: Awaeté Xe'enga, imopinimawaranga. Revista Brasileira de Linguística antropológica, Brasília, Volume 16, p. 363 – 365, 2024. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/56740/42005 SILVA, G. F. Construindo um dicionário Parakanã - Português. 2003. 179 f. Dissertação (Dissertação em Letras – Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.	
COMPONENTE CURRICULAR:	TEORIA E PRÁTICA DE HISTÓRIA	
III CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)

	60H	72H
EMENTA:	História e Etnohistória como campo de pesquisa e ensino. Povos indígenas e povo Awaeté na historiografia brasileira. Epistemologias dos saberes indígenas. Sociobiodiversidades nas memórias e narrativas indígenas/Awaeté. Metodologias, fontes e materiais didáticos para o ensino de história na educação escolar indígena. Lei 11.645/2008 sob a perspectiva histórica.	
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	
BÁSICA	BANIWA, Gersem. História indígena no Brasil independente: da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales, Sevilha, a. 25, nº 51, p. 263-290, 2022. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8724565. BRASIL. Lei nº 11.645, de 11 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional, para incluir no currículo oficial o ensino da História das Culturas afro-brasileiras e indígenas. Diário Oficial da União: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). O saber histórico na sala de aula. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 11-27. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade nacional e ensino de História no Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 185-204. _____, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132. COELHO, Mauro Cezar; ROCHA, Helenice A. Bastos. Paradoxos do protagonismo indígena na escrita escolar da História do Brasil. Tempo & Argumento, Florianópolis, v. 10, nº 25, p. 464-488, 2018. COELHO, Mauro Cezar. Que enredo tem essa história? A colonização portuguesa na América nos livros didáticos de História. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. COELHO, Mauro Cezar; BICHARA, Taissa. Ensino de história: uma incursão pelo campo. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (Org.). Cartografias da pesquisa em ensino de história. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 63-84. FERNANDES, Rosani de Fátima. "Não queremos que falem por nós": construção curricular e luta por direitos no território Mãe Maria. ReDiS - Revista de Direito Socioambiental (UEG), Morrinhos, v. 1, nº 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/redis/article/view/13900 FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003. Disponível em: https://estagioshistoriamales.unilab.edu.br/wp-	

	content/uploads/2022/05/FONSECA-Selva-Guimaraes.-Didatica-e-pratica-de-ensino-de-historia.pdf Macedo Alencar, M. C., Rocha de Sena, L. ., & Lima Nonato , M. . (2022). (Re)Existências do povo Awaete-Parakanã na construção de uma educação escolar específica e diferenciada. Revista Brasileira De Educação Do Campo , 7, e12221. https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e12221	
COMPLEMENTAR	BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. Produção didática de história: trajetórias de pesquisas. Revista de História , núm. 164, enero-junio, 2011, pp. 487-516 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.p df MEDAETS, Chantal. “ Tu garante? ”: aprendizagem às margens do Tapajós [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. Disponível em: https://books.scielo.org/id/pz4r6/pdf/medaets-9786557250402.pdf	
COMPONENTE CURRICULAR:	FILOSOFIA E CONTRA-COLONIALIDADE	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50H	60H
EMENTA:	O componente curricular contempla a relação entre Filosofias da Alteridade e Educação Escolar Indígena por meio de processos trans-de-pós-contra coloniais. Neste sentido, versará acerca de temáticas tais como: modernidade e colonialidade; colonialidade do ser e subjetivações eurocêntricas e dissidentes; pensamento (pós) crítico e as relações cosmo-sociais no mundo indígena; as possíveis bases para uma Filosofia Contra-colonial na América Latina; análises suleadoras ou com outras orientações cardinais e mentais, a partir das Cosmologias indígenas; Gnosecídio, resistências filosóficas e os povos das florestas.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	AZEVEDO-LOPES, Ronnielle de. Contra a certeza dos <i>brancos</i> : Por filosofias da educação <i>transcoloniais</i> . In experimentos de filosofias pós-colonial . Orgs. MEDEIROS, Claudio; e GALDINO, Victor. São Paulo: Ed. Politéia, 2020. BISPO, Antônio (Nego Bispo). Colonização, Quilombos , modos e significações. Brasília: INCTI e UNB, 2015. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo . São Paulo: Companhia das Letras, 2019. KRENAK, Ailton. Futuro ancestral . 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.	
COMPLEMENTAR	BANIWA, Gersem Luciano. Desafios no caminho da descolonização indígena . In: Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais. 2019. Disponível em: file:///D:/Usu%C3%A1rios/Cliente/Downloads/admin,+3- Baniwa+2+-+41-50+(1)%20(1).pdf DUSSEL, Enrique D. Filosofia da Libertação na América Latina . 2ª Ed. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola/UNIMEP. São	

	Paulo: 1977. DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo . In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 25-34. KRENAK, Ailton. A vida é selvagem . Belém (PA): Amazônia Latitude, 2022. KRENAK, Ailton. A vida não é útil . São Paulo: Companhia das Letras, 2020 KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami . Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos In Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas . Buenos Aires: CLACSO: 2005. SAVIANI, Dermeval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica . 11ª.Ed, Ed.: Autores Associados, São Paulo: 1994.	
COMPONENTE CURRICULAR:	FILOSOFIA: ÉTICA E CIDADANIA	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50H	60H
EMENTA:	O componente curricular tem entre seus escopos pensar as principais questões políticas e éticas da filosofia – hegemônica e contra-hegemônica – e suas reverberações para os povos do campo e da floresta. Nestes termos, anseia pensar a problemática do poder na contemporaneidade e seus reflexos na Amazônia, sobretudo, a partir de filtros éticos indígenas. A participação política e florestania. Algumas questões provocam e ampliam o debate: O que é política? Todas as relações são políticas? Como se articulam fronteira e necropolítica no campo e nas florestas Amazônicas? O que seria uma ética do bem-viver indígena?	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade : para uma teoria geral da política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo . São Paulo: Companhia das Letras, 2019. KRENAK, Ailton. A vida não é útil . São Paulo: Companhia das Letras, 2020	
COMPLEMENTAR	AZEVEDO-LOPES, Ronnielle de. A participação política e pluricidades na's Amazônia's. In Revista Balaio Acadêmico , issn: 2966-1838 https://publicacoes.ifpa.edu.br/index.php/rbac . ARENDT, H. A Condição Humana . Rio de Janeiro, Forense-Universitária,1987. KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda . São Paulo: Companhia das Letras, 2020.	
COMPONENTE CURRICULAR:	SOCIOLOGIA: INTRODUÇÃO A LEITURAS SOCIOLÓGICAS	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)

	50H	60H
EMENTA:	A formação das ciências sociais e o impacto sobre as sociedades; compreensão de Sociedades indígenas e o mundo contemporâneo; Configurações dos conceitos de etnia, cor, classe social, diversidade e gênero no Brasil. Identidade e diferença. Políticas de ações afirmativas; Correntes teóricas brasileiras acerca do tema africanidade e dos povos indígenas; A presença dos mitos na construção da realidade social indígena e no ambiente escolar; O tempo socialmente construído pelos diferentes povos; As trocas e os diálogos culturais no etnoterritório do Vale do Araguaia Tocantins.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	MARTINS, Carlos B. O que é Sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1982. ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . 7. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2008. DEMO, Pedro. Introdução à Sociologia : Complexidade, Interdisciplinaridade e Desigualdade Social. 53 ed., São Paulo: Atlas, 2002. Porto Alegre: EDIPUCS, 2003. DURKHEIM, Émile. As regras do método Sociológico : Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2008 OLIVEIRA, Pêrsio Santos. Introdução à Sociologia . 20 ed., São Paulo: Ática, 2000.	
COMPLEMENTAR	BRASIL. Lei 11.645 de 10/03/2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm CANDAU, Vera Maria (org). Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura . In: COSTA, Marisa Vorraber. Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 29 – 46. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade : uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. _____. Alienígenas na sala de aula . Petrópolis: Vozes, 1995. SOUZA, J. O. C. de. Mobilização indígena, direitos originários e cidadania tutelada no sul do Brasil depois de 1988 . In: FONSECA, C. Jr, e ALVES, C. F. (org). Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: Diálogos Interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 185- 197.	
COMPONENTE CURRICULAR:	SOCIOLOGIA: SOCIOLOGIA DO TRABALHO E DO MOVIMENTO INDÍGENA	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	50h	60h
EMENTA:	Conhecer as abordagens teóricas das relações de trabalho e da gestão do processo do Mundo do Trabalho; Transformação social e trabalho para Durkheim, Marx e Weber; Aspectos históricos de movimentos sociais e conceitos indígenas relacionados às políticas educacionais; Movimento Indígena e seu papel na construção de políticas públicas de educação; A luta do Movimento Indígena pelo direito à educação específica e diferenciada no Brasil.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho . Boitempo. São	

	Paulo, 2000. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003 DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social . 2ª Ed. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. MARX, Karl. O Capital (Livro I vol I). São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. 5. HOLZMANN, Lorena. Sociologia do trabalho . In. CATTANI, Antonio; HOLZMAN, lorena 9Orgs). Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. Petrópolis: Vozes. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2002.	
COMPLEMENTAR	LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral . 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999. SILVA, Aracy Lopes da; Grupioni, Luís Donisete Benzi. (Orgs) A temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus . Brasília. MEC/MARI/UNESCO, 1995. LIMA, Antônio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil . Petrópolis: Vozes, 1995.	
NÚCLEO POLITÉCNICO		
COMPONENTE CURRICULAR	SEMINÁRIO DE PESQUISA DO TEMPO ALDEIA I	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio) 40H	CHA (Carga Horária Aula) 48H
EMENTA:	Metodologias de Pesquisa-Ação. Pesquisa Participante; Etnografia Educacional. Metodologia da Observação. Descrição Densa. Metodologias de elaboração de Diagnóstico; Práticas de Seminários; Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho (PEPT).	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ANDRE, Marli Eliza D. A. Etnografia da prática escolar . Campinas, SP: Papirus, 1995 BARBIER, R. A pesquisa-ação . Trad. Lucie Didio. Brasília: Plano Editora, 2002. RIBEIRO JÚNIOR, R. R.; SENA, L. R.; ARAÚJO, W. B. S. O tempo aldeia: construindo uma nova prática pedagógica. Rev. Bras. Educ. Camp. , Tocantinópolis, v. 3, n. 1, p. 57-75, 2018. SEVERINO. Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 23 ed. São Paulo, Cortez, 2008. CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o Saber–Metodologia Científica, fundamentos e técnicas . Campinas SP: Papirus, 1989.	
COMPLEMENTAR	DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa . 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES. R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade . 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. IFPA/CRMB. (2010). Projeto Político Pedagógico do Campus Rural de Marabá. KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami . Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. TOLEDO, Victor Manuel. BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias	

	tradicionais. In Desenvolvimento e Meio Ambiente ; n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009. Editora UFPR, 2009. https://revistas.ufpr.br/made/article/view/14519/10948	
COMPONENTE CURRICULAR	SEMINÁRIO DE PESQUISA DO TEMPO ALDEIA II	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	40H	48H
EMENTA	Práticas de pesquisa em contexto indígena considerando uma metodologia própria; Metodologia da escuta a partir da tradição oral que inclui a oralidade, os costumes e a cultura; Metodologias de Elaboração de Materiais Didáticos para escolas indígenas; Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho (PEPT).	
REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola - Caderno SECAD 3. Brasília: MEC, 2007, 133p. BRANDÃO, C. R. A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador . Série Saber com o outro; vol. 1. São Paulo: Cortez, 2003. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23ª ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.	
COMPLEMENTAR	ANDRADE, S. S. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais . In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 173-194. SOUZA, M. I. P. de; FLEURI, R. M. Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural . In: FLEURI, R. M. (org.) Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 53-84	
COMPONENTE CURRICULAR	SEMINÁRIO DE PESQUISA DO TEMPO ALDEIA III	
III CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	40H	48H
EMENTA:	Pesquisa-ação das práticas docentes e regência de tempo-aldeia; Partilha de Saberes; Metodologia de Elaboração de Materiais Didáticos; observar, planejar, criar, produzir e elaborar relatório das aulas observadas. Articular e coordenar os diversos elementos do relatório de forma ética e estética de acordo com as normas das legislações educacionais vigentes. Todos os componentes do III Ciclo deverão ser mobilizados e articulados para realização do Estágio Regência. Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho (PEPT).	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ANTUNES, Celso. Professores e professoras: Reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 9 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. 199 p.	

	TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (org.). O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais ; Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.	
COMPLEMENTAR	BARBOSA, I.; PAIVA, J. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES. R. Pesquisa Social: teoria método e criatividade. 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.	
COMPONENTE CURRICULAR	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I – OBSERVAÇÃO	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	100H	120H
EMENTA:	Escola como espaço de trabalho coletivo de reflexão e ação. Análise de Projeto Político Pedagógico; Atividade supervisionada de observação de práticas docentes em escolas indígenas; Intervenção educativo-pedagógica no contexto das escolas de Educação Infantil; Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos e Idosos. Atividades de Organização do Trabalho Pedagógico em escolas indígenas. Articulação com os componentes curriculares do eixo/ciclo.	
REFERENCIA BIBLIOGRAFICA		
BÁSICA	ARAUJO, Junior Peres de. Diferentes práticas educativas indígenas no Brasil. Revista de Estudos Amazônicos – UFAM, nº 2, jul./dez. 2018. GRUPIONI, L. D. B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.) Formação de professores indígenas: repensando a trajetória. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 39-68. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001463/146327por.pdf. Acesso em 15 set. 2010. PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15-34. LUCK, H. Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos Teórico Metodológicos. Petrópolis - RJ, Ed. Vozes, 4ª edição, 1994. ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.	
COMPLEMENTA	OLIVEIRA, Caroline Pereira de; FERREIRA, Rogério Vicente. Estágio Supervisionado e a docência indígena: um caso Karajá. Raído, Dourados, MS, v.8 , n.15, jan./jun. 2014. SACRISTÁN, Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In. Tomaz Tadeu da Silva e Antônio Flávio Moreira (orgs.). Territórios Contestados: O currículo e os novos mapas culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. SILVA, Agnes Camila Viana da. Vivências de estágio em uma escola indígena do Vale do Mamanguape. V CONEDU: Congresso Nacioanal de Educação, 2018.	
COMPONENTE CURRICULAR	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II – REGÊNCIA	
III CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)

	100H	120H
EMENTA:	Estudo, preparação e produção de materiais para a prática docente. Prática supervisionada de regência de práticas docentes em escolas indígenas. Intervenção didático-pedagógica no contexto das modalidades de ensino em Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos e Idosos; Produção de Material Didático nas atividades de regência. Articulação com os componentes curriculares do eixo/ciclo.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	GALLOIS, T. D. Reivindicações indígenas versus modelo de escolas: In: SILVA, L. A. e FERREIRA, L.K.M. (org). Práticas Pedagógicas na Escola Indígenas . São Paulo. p. 25 – 46. GRUPIONE, L. D. B, (2001). Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, L. A.; GRUPIONI, L. D. B. (org). A Temática Indígena Na Escola . Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: 2004, p. 481 – 525.	
COMPEMENTAR	BORGES, Marllon Fernandes; VILELA, Naira Sousa ; TEIXEIRA, Geovana Ferreira Melo . O Estágio Supervisionado na Área de Ciências Humanas e sua Contribuição para a Formação Docente . In: VII Encontro de Pesquisa em Educação, 2013, Uberaba, MG.. II Congresso Internacional: Trabalho Docente e Processos Educacionais e II Simpósio de Ética em Pesquisa, 2013. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções . Revista Poésis - Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A prática de ensino e o estágio supervisionado . Campinas: Papirus, 1994.	
DIVERSIFICADA		
COMPONENTE CURRICULAR:	DIREITOS INDÍGENAS, LEGISLAÇÃO E POLÍTICA INDIGENISTA	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	40H	48H
EMENTA:	Os povos indígenas como sujeitos de direito; Políticas indigenistas e a escola para os “índios”: A conquista dos direitos indígenas, direito consuetudinário, direitos originários a terra. Legislação brasileira, latino-americana e resoluções internacionais e suas relações com os sistemas jurídicos indígenas. Os direitos indígenas na Constituição Federal de 1988 e legislação básica; território Indígena e processo demarcatório; Debatendo a OIT 169.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	CURI, Melissa Volpato. O direito consuetudinário dos povos indígenas e o pluralismo jurídico . Espaço Ameríndio vol. 6, n.2, PPGAS- UFRGS, 2012. SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. O renascer dos povos indígenas para o direito . 1. ed., 8. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012 VERDUM, Ricardo (org.). Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina . Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009	
COMPLEMENTAR	ARAÚJO, Ana Valéria et al. Povos Indígenas e a Lei dos “Branços” : o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação,	

	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. BITTENCOURT, Libertad Borges. O movimento indígena organizado na América Latina – A luta para superar a exclusão. Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC, Salvador – 2000. CORDEIRO, Enio. Política indigenista brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas. Brasília: Instituto Rio Branco; Fund. Alexandre Gusmão. Centro de estudos Estratégicos, 1999 p. 108-162. ELOY AMADO, Luiz Henrique. Vukápanavo: o despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. Rio de Janeiro, Laced/ e-papers, 2020. Disponível em: https:// cutt.ly/LxPxBSx . GRUPIONI, Luís D. Da aldeia ao parlamento. Em Aberto. Brasília, INEP, ano 14, n.63, 1994. MAGALHÃES, Edvard Dias (org.). Legislação indigenista brasileira e normas correlatas. 2.ed. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003	
COMPONENTE CURRICULAR:	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E INTERCULTURALIDADE	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	40H	48H
EMENTA:	Princípios da educação escolar indígena; processos históricos e atuais da educação escolar indígena; aspectos curriculares, metodológicos e culturais; educação escolar indígena e educação indígena e suas especificidades; Interculturalidade Crítica; Práticas interculturais na escola; Diagnósticos das Escolas Indígenas; Projetos Políticos Pedagógicos das escolas;	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ALENCAR, Maria Cristina Macedo; RIBEIRO JUNIOR, Ribamar; AZEVEDO-LOPES, Ronnielle de. (orgs) Sociedades indígenas na Amazônia: territorialidades, história e processos educativos / Curitiba : CRV, 2020. BANIWA, G. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula/Laced, 2019. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal, 21 dez. 1996. BRASIL. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRANDÃO, Carlos R. O que é Educação. 49ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Col. Primeiros Passos. D’ANGELIS, W. da R. Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.	
COMPLEMENTAR	AZEVEDO-LOPES, Ronnielle. A EDUCAÇÃO ESCOLAR E AGENCIAMENTOS INDÍGENAS NO VALE DO TOCANTINS-ARAGUAIA. Revista Docência e Cibercultura , [S. l.], v. 7, n. 3, p.	

184–202, 2023. DOI: 10.12957/redoc.2023.77314. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/77314 BRASIL. Portaria Interministerial, nº 559,16 de Abril de 1991. Dispõe sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.Brasília, DF, 1991. Disponível em: < https://cimi.org.br/2004/06/21816/ > , Acesso em: 31 de mar. de 2022. CANDAU, Vera M.. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 letras. 2009 FORNET-BETANCOURT, Raúl. 2004. Interculturalidade: críticas, diálogo e perspectivas. São Leopoldo: Nova Harmonia. JULIÃO, G. B. Currículo como construção social em contexto de cidadania intercultural indígena. Dissertação (Mestrado em educação: currículo) – Pontifícia universidade católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, p. 136, 2011.		
COMPONENTE CURRICULAR:	ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO E ESTUDOS INDÍGENAS	
I CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	40H	48H
EMENTA:	Abordagens antropológicas clássicas sobre os processos de ensino e aprendizagem; Fundamentos da antropologia: antropologia como ciência. Conceitos básicos: etnocentrismo, relativismo, aculturação, endoculturação, exótico e familiar. Identidade, diferença e diversidade sociocultural. A cultura indígena no Brasil: aspectos da cultura dos povos indígenas do etnoterritório Vale do Araguaia Tocantins; A escola como espaço sociocultural.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	ALENCAR, Maria Cristina Macedo; RIBEIRO JUNIOR, Ribamar; AZEVEDO-LOPES, Ronnielle de. (orgs) Sociedades indígenas na Amazônia: territorialidades, história e processos educativos / Curitiba : CRV, 2020. BRANDÃO, Carlos R. O que é Educação. 49ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Col. Primeiros Passos. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. ROCHA, Gilmar. Aprendendo com o outro: Margaret Mead e o papel da educação na organização da cultura. In. Etnografia e educação: culturas escolares, formação e sociabilidades infantis e juvenis. Tania Dauster, Sandra Pereira Tosta, Gilmar Rocha (orgs.) Rio de Janeiro: Lamparina, 2012. TASSINARI, Antonella. “Antropologia, Educação e Diversidade” In CARDOSO, V. (org.) Diálogos Transversais em Antropologia. Florianópolis: UFSC/PPGAS, p.161-176. 2008.	
COMPLEMENTAR	COHN, Clarice. “A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia” In Lopes da Silva, Macedo e Nunes (orgs.) Crianças Indígenas, ensaios antropológicos, São Paulo: Mari/Fapesp/Global, 2002. MAUSS, Mauss [1934] “As técnicas do corpo” In Sociologia e Antropologia, Cosac Naify, 2003.	

COMPONENTE CURRICULAR:		ETNOMETODOLOGIA E PESQUISA INDÍGENA	
II CICLO		Carga Horária	
		CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
		40H	48H
EMENTA:		O componente curricular enseja conceber as dinâmicas metodológicas indígenas como teoria, uma teoria outra. Nestes termos, anseia investigar a etnopesquisa nos cursos de Ciência da Educação, a etnografia crítica enquanto aprendizagem e criação de saberes, as dinâmicas e estratégias indígenas de investigação e produção de ciência.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BÁSICA		MACEDO, Roberto Sidnei, SÁ, Silvia Michele Macedo de. A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entretecimentos. Currículo sem Fronteiras , v. 18, n.1, p.324-336, 2018. MACEDO, Roberto Sidnei.. Atos de currículo: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares. Currículo sem Fronteiras , v. 13, p. 12-435, 2013. NASCIMENTO, Kely-Anee. de O. ETNOMETODOLOGIA COMO TEORIA DO SOCIAL EM PESQUISAS EM EDUCAÇÃO. Cenas Educacionais , [S. l.], v. 4, p. e11729, 2021	
COMPLEMENTAR		KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. A queda do céu : palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. MACEDO, R.S. Outras luzes : um rigor intercítico para uma etnopesquisa política. In: MACEDO, R.S., GALEFFI, D., and PIMENTEL A. Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2009. MACEDO, Roberto S.; FERREIRA, C. A TEORIA ETNOCONSTITUTIVA DE CURRÍCULO E A CONSTRUÇÃO POR PROFESSORES MUNICIPAIS DO “REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO”. Revista Espaço do Currículo , v. 14, n. 1, p. 1-14, 2021. ISSN2177-2886. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.57420 . FLEURI, Reinaldo Matias. DOMINGUES, Camila Alessandra. (Re)conexão Ancestral no Ebó Epistêmico: uma Experiência Ancestral Serpentina. In: FLEURI, Reinaldo Matias. Viver em plenitude : compartilhando práticas e tecendo saberes decoloniais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 363p.	
COMPONENTE CURRICULAR:		DIDÁTICA E FORMAÇÃO DOCENTE	
II CICLO		Carga Horária	
		CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
		60H	72H

EMENTA:		O componente curricular se propõe a analisar a Didática e as práticas docentes, de forma intercultural, nas suas relações com a educação escolar indígena. Questões e sequências de trabalho do Componente curricular: O que é Didática?; O que é didática intercultural crítica ou pós-crítica?; Agências da Educação indígena na Formação de Professores/as e na Didática; Etno-metodologia, didática e os saberes indígenas no Vale do Tocantins-Araguaia.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BÁSICA		AZEVEDO-LOPES, Ronnielle de. Contra a certeza dos <i>brancos</i> : Por filosofias da educação <i>transcoloniais</i> . In experimentos de filosofias pós-colonial . Orgs. MEDEIROS, Claudio; e GALDINO, Victor. São Paulo: Ed. Politéia, 2020. BISPO, Antônio (Nego Bispo). Colonização, Quilombos , modos e significações. Brasília: INCTI e UNB, 2015. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo . São Paulo: Companhia das Letras, 2019. KRENAK, Ailton. Futuro ancestral . 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. TOLEDO, Victor Manuel. BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. In Desenvolvimento e Meio Ambiente ; n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009. Editora UFPR, 2009.	
COMPLEMENTAR		CANDAU, V. M. Prefácio. In: ANDRADE, M. A diferença que desafia a escola : a prática pedagógica e a perspectiva intercultural. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. LUCIANO, G. J. S. Educação para Manejo do Mundo . Entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa, LACED, 2013. SAVIANI, N. Saber Escolar, Currículo e Didática . São Paulo: Autores Associados, 2010	
COMPONENTE CURRICULAR:		ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E GESTÃO ESCOLAR NAS ALDEIAS	
II CICLO		Carga Horária	
		CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
		60H	72H
EMENTA:		Teorias do currículo. Organização do trabalho pedagógico nas escolas indígenas. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Princípios da Gestão Democrática. Participação social.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BÁSICA		PADILHA, R. P. Planejamento dialógico : como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2001. TREVISAN, Amarildo Luiz. Didática, currículo e trabalho pedagógico . Santa Maria, RS, 2018. BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Diário Oficial da União , Brasília, 23 dez. 1996. JESUS, Rogério Aparecido de; PULZ, Wagner. A gestão democrática como princípio imprescindível na construção da cidadania e da escola participativa. Revista Lumen , v. 6, nº 12, Jul./Dez.–2021. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade : uma	

	introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.	
COMPLEMENTAR	FREIRE, José Ribamar Bessa. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In. Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento . Rio de Janeiro: IBASE, 2004. HORNBURG, Nice; SILVA, Rubia da. TEORIAS SOBRE CURRÍCULO Uma análise para compreensão e mudança. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG Vol. 3 n. 10 - jan.-jun./2007.	
COMPONENTE CURRICULAR:	PRINCÍPIOS DA AGROECOLOGIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	
II CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	60H	72H
EMENTA:	História, bases e princípios da agroecologia. Agroecossistema, agrobiodiversidade e a cosmoética nos territórios indígenas. Práticas históricas e culturais, em uma perspectiva da memória biocultural. Princípios da Educação em Agroecologia: Vida, diversidade, complexidade e transformação. Agroecologia e os projetos societários indígenas. As sabedorias ancestrais e cosmologias como princípios pedagógicos. Agroecologia e o etnoconhecimento no currículo das escolas indígenas. A noção de construção do conhecimento agroecológico – CCA.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	AMARAL, Atanásio Alves do. Fundamentos de agroecologia . Editora Livro Técnico. Curitiba, 2011. 160 p. DOS SANTOS, Luciano Gersem José. Educação Para Manejo do Mundo: Entre A Escola Ideal e A Escola Real No Alto Rio Negro . Brasília: Editora da UNB, 2014. TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales . 1 edição. Barcelona: Icaria editora s.a, 2008.	
COMPLEMENTAR	ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável . 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012. 400 p. GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável . 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 654 p. SOUSA, Romier da Paixão (Org.). Resistências no chão da floresta: Agroecologia na Amazônia . Editora CRV, 2024. TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. Desenvolvimento e Meio Ambiente , n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009.	
COMPONENTE CURRICULAR:	TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
III CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	60H	72H

EMENTA:		O processo de desenvolvimento e aprendizagem na infância: aspectos socioculturais, biológicos e psicológicos. A infância na cultura indígena. Políticas contemporâneas para o atendimento à infância: concepções, características e objetivos.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
BÁSICA		HUGUET, E.; SOLÉ, I. Aprender e ensinar na Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 1999. LIMA, Elvira Souza. Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano . Brasília: Ministério da Educação, 2008. MELLO, Flávia. Ciclo de Discussão sobre experiências e pesquisas a respeito da educação e infância indígena . Projeto Educação e Infância Indígenas, NEPI/UFSC. Florianópolis, 2006 VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Imaginação e criação na infância . PRESTES, Zoia; TUNES, Elizabeth. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018	
COMPLEMENTAR		CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação , repensando nossa escola. ORG. São Paulo. Summus. 2001. _____. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar. Educação e Poder – Racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. São Paulo. Summus. 2000. MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990) . São Paulo: Paulinas, 2012. COHN, Clarice. Antropologia da criança . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Coleção Passo a Passo; 57). _____. A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia . In: SILVA, A. L. da; NUNES, A.; MACEDO A. V. L. da S. <i>Crianças indígenas: ensaios antropológicos</i> . São Paulo: Global, 2002. _____. A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado . 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.	
COMPONENTE CURRICULAR:		TEORIA E PRÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	
III CICLO		Carga Horária	
		CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
		60H	72H
EMENTA:		A organização escolar seriada e multisseriada. A construção do conhecimento por eixos temáticos e temas geradores. A segunda infância na cultura indígena. Políticas contemporâneas para os anos iniciais do Ensino Fundamental: concepções, características e objetivos. Planejamento do ensino, avaliação e desenvolvimento da prática pedagógica nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	
Referência Bibliográfica			
BÁSICA		FREIRE, Paulo. Conscientização – Teoria e prática da libertação. São Paulo, Moraes, 1980. _____. Professora sim, tia não – Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Cortez, 1995. HAGE, Salomão Mufarrej (org.). Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará . Belém: Gutemberg, 2005. p. 61-68. Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/396 . SCALABRIN, Rosemeri, Práticas curriculares coletivas na escola: um estudo sobre o currículo interdisciplinar freireano. Revista	

	Iluminart, ano X, nº 17, dezembro de 2019. Disponível em: http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart. Acesso em: 06 abril 2025. D'AMBROSIO, U. Etnomatemática Elo entre as tradições e a Modernidade. São Paulo, Editora Autêntica, 2007.	
COMPLEMENTAR	PERNAMBUCO, M. M. C.; PAIVA, I. A. Educação e realidade interdisciplinar. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2012. FREIRE, Madalena. Observação, registro e reflexão. Instrumentos metodológicos. Ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996. COSTA, Antônio Carlos Gomes. Aventura pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa. 2. Ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.	
COMPONENTE CURRICULAR:	TEORIA E PRATICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	
III CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio) 60H	CHA (Carga Horária Aula) 72H
EMENTA:	Concepções e conceituações de EJA no Brasil contemporâneo. O universo/pluriverso sociocultural do adulto no Brasil. Os papéis sociais da mulher, do homem, dos idosos e dos Jovens. A organização colonial na sociedade hegemônica e, assim, as resistências contra-hegemônicas. Dimensões sócio-culturais da leitura e da escrita. A EJA no Contexto Indígena. O Estudante Indígena da EJA e seus papeis político-culturais nas Aldeias. A prática da leitura e da escrita no âmbito da EJA em contexto indígena. Produção textual-cultural da EJA nos espaços-tempos indígenas. Planejamento e Avaliação em EJA, a partir, da realidade Awaeté-Parakanã.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	Bastos, M. L., Garboggini, D. G. C. e Midori, S. E. (2022). A Contribuição Da Teoria Freirena Para A Educação De Jovens E Adultos. <i>Tecné, Episteme y Didaxis, ted</i>, (52), 11-26 FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Cortez. 1998. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (30.a ed.) Paz e Terra. 2004. FREIRE. Paulo. A importância do ato de ler. (41.a ed.). Cortez. 2001. PAIVA, Jane, comp. Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019, 227 p. Pesquisa em educação/Educação ao longo da vida series. ISBN: 978-65-990364-9-1	
COMPLEMENTAR	BRASIL. Convenção nº 107 da OIT, de 05 de junho de 1957. (DECRETO No 58.824, DE 14 DE JULHO DE 1966). FERREIRA, L.K.M. (org). Práticas Pedagógicas na Escola Indígenas. São Paulo. p.47 – 69.2001. GUIMARÃES, Francisco Alfredo Moraes. A temática indígena na escola: onde está o espelho? Revista Fórum Identidades, Itabaiana, vol. 3, pp. 57-65, jan/jun 2008.	

	OLIVEIRA, Emanuelle. Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEA).	
COMPONENTE CURRICULAR:	PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E AVALIAÇÃO	
III CICLO	Carga Horária	
	CHR (Carga Horária Relógio)	CHA (Carga Horária Aula)
	60H	72H
EMENTA:	Conceitos e práticas de Planejamento e Avaliação Educacional. Projeto Político Pedagógico. Processo de desenvolvimento e de participação social. A sala de aula e as condições de construção do conhecimento. Tipos de Planejamento e de avaliação do ensino. Interdisciplinaridade crítica. Avaliação emancipatória.	
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
BÁSICA	MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como plajenar? Editora vozes: Petrópolis, 2002. HOFFMANN, Jussara M.L. Avaliação: mito e desafio-uma perspectiva construtivista. Educação e Realidade, Porto Alegre, 1991. LIRA, André Augusto Diniz; MOTA, Laura Nahyara Brito Santiago; LIRA, Dayena Medeiros. A avaliação escolar na perspectiva do professorado indígena Potiguara. CINTEDI: Congresso Internacional de Educação e Inclusão. Paraíba, 2014.	
COMPLEMENTAR	LIRA, André Augusto Diniz. Complexidade e desafios da avaliação escolar. In: LIRA, A. A. D. Processos avaliativos na Educação Básica: reflexões, práticas e desafios. Campina Grande: EDUFCG, 2013. QUINQUER, Dolors. Modelos e enfoques sobre avaliação: o modelo comunicativo. In: BALESTER, Margarita. Avaliação como apoio à aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2003. GANDIN, D. Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade. Currículo sem Fronteiras , v. 1, n. 1, p. 81-95, 2001.	